COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA

Alessandra de Matos Lima Salomão

“ALGUÉM ME AVISOU PRA PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO”: gênero, raça e samba na Educação Básica

Rio de Janeiro

2026

Alessandra de Matos Lima Salomão

“ALGUÉM ME AVISOU PRA PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO”: gênero, raça e samba na educação Básica

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu – Curso de Especialização em Ciências Sociais na Educação Básica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Ciências Sociais e Educação Básica.

Orientadora: M.a. Raquel Simas.

Rio de Janeiro

2026

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

A371 Salomão, Alessandra de Matos Lima

"Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho" : gênero, raça e samba na educação básica / Alessandra de Matos Lima Salomão. – Rio de Janeiro, 2026.

61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Raquel Simas.

1. Ciências Sociais - Estudo e ensino. 2. Letramento. 3. Samba. 4. Gênero. 5. Raças**.** 6. Educação básica**.** I. Simas, Raquel. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 – 5692.

Alessandra de Matos Lima Salomão

“ALGUÉM ME AVISOU PRA PISAR NESSE CHÃO DEVAGARINHO”: gênero, raça e samba na educação Básica

Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu – Curso de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais e Educação Básica.

Aprovado em 09 de novembro de 2026

COMISSÃO EXAMINADORA

_____

Prof. Ma.
Instituição:
Orientador

_____

Prof. Dr.
Instituição:

_____

Prof. Dr.
Instituição:

Rio de Janeiro

2026

AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer, é preciso reconhecer a importância daqueles e daquelas que vieram antes iniciando esta jornada; aos que já se foram e aos que por aqui ainda estão, todo o meu respeito e reverência. E agora sim, agradecer de peito aberto e alma limpa, a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para que este trabalho se materializasse, especialmente a Maria Eduarda, minha filha e maior incentivadora, ouvinte assídua de boa parte das sambistas que desfilam por essa monografia. A minha mãe, o início de tudo isso, e a meu pai e meu tio Claúdio, pelo repertório e discografia carregadas na levada de Jovelina Pérola Negra, Leci Brandão, Beth Carvalho, Alcione, Bezerra da Silva, Zeca Pagodinho, Monarco, Almir Guineto, Fundo de Quintal e tantas outras referências que embalaram meus tempos de infância e adolescência. Por fim e não menos importante, a Raquel Simas, pelo trabalho de orientação, sempre muito assertiva, porém consciente e compreensiva no entendimento dos desafios impostos às mulheres que ousam desviar dos limites capitalistas e patriarcais para ser, criar e reexistir neste mundo.

A noite não adormece
nos olhos das mulheres,
a lua fêmea, semelhante nossa,
em vigília atenta vigia
a nossa memória.
(Conceição Evaristo, 2021)

RESUMO

SALOMÃO, Alessandra de Matos. “**Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho”: gênero, raça e samba na Educação Básica.** 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2026.

A monografia em questão apresenta debate teórico acerca dos desafios e limites da introdução do letramento efetivo de gênero e raça no espectro da Educação Básica. Para isto, discute a gênese dos chamados estudos de gênero buscando sua relação com os feminismos e interseccionalidades, dando destaque a relevância do protagonismo feminino ao englobar os conceitos de gênero e raça, através da cultura e história do samba, desde as tias e mães de santo baianas instaladas no reduto sambista carioca da Praça Onze já em fins do século XIX, até a atualidade transpassada pela presença, ação e autoria de outras importantes figuras que dão continuidade ao resguardo dessa parte importante de nossa história. E através destas mesmas mulheres e suas trajetórias incita-se a reflexão a respeito de alternativas e possibilidades pedagógicas que busquem superar os limites e desafios apresentados na intenção de promover o respeito à diversidade e a cidadania.

Palavras-chave: samba; gênero; raça; educação

RESUMEN

SALOMÃO, Alessandra de Matos. “**Alguém me avisou pra pisar nesse chão devagarinho”: gênero, raça e samba na Educação Básica.** 2026. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2026.

Esta monografía presenta una discusión teórica sobre los desafíos y las limitaciones que conlleva introducir una formación efectiva em materia de género y raza en el ámbito de la educación básica. Para ello examina origines de los estudios de género, explorando su relación con los feminismos y la interseccionalidad, y destaca la importancia de la agencia de las mujeres en la integración de conceptos de género y raza a través de la cultura y la historia de la samba. Este relato abarca desde las tías y sacerdotisas bahianas que se establecieron en Praça Onze, el epicentro de la samba en Rio de Janeiro, a finales del siglo XIX, hasta la actualidad, marcada por la presencia, las acciones y las aportaciones creativas de otras figuras clave que continúan preservando esta parte vital de nuestra historia. A través de las historias de estas mujeres, el texto invita a reflexionar sobre alternativas y posibilidades pedagógicas orientadas a superar los desafíos y limitaciones que implica fomentar el respeto a la diversidad y promover la ciudadanía.

Palabras claves: samba; género, raza, educación

SUMÁRIO

1. Introdução.....09
2. Discursos Desafi(n)ados: gênero e raça em sala de aula.....11
3. Elas por elas: mulher, mulheres e interseccionalidade.....18
4. Fazendo samba e abrindo caminhos: mulheres no cancioneiro brasileiro.....27
5. Samba, gênero e educação: refletindo sobre as possibilidades de letramento gênero e ensino antirracista na Educação Básica.....42
6. Conclusão.....51

1. INTRODUÇÃO

Em março de 2026, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PENSE), revelando diversos aspectos da qualidade de vida e saúde dos estudantes brasileiros. Dentre os dados levantados, o estudo aponta que cerca de 1,1 milhão de estudantes com idade entre 13 e 17 anos sofreram violência sexual, sendo que 66,2 % do total apresentado tinha 13 anos ou menos à época dos episódios. As meninas, além de serem as maiores vítimas na adolescência, também relataram mais casos de bullying e pressão social por conta do corpo e da aparência. Com relação aos meninos, a pesquisa indica que em geral, eles aparecem menos como vítimas de violências específicas como no caso da sexual, porém são mais expostos a comportamentos de risco como consumo de álcool, cigarro e porte de armas, além de serem condicionados a suprimir certas emoções e comportamentos que tendem a um aumento da agressividade. O levantamento aponta ainda, que em determinados contextos como o de exposição e reprodução de violência física e/ou sexual, esses meninos e meninas tendem apresentar pré-disposições a problemas mentais que podem acompanhá-los, inclusive no decorrer de suas vidas (IBGE, 2026). As afetações e violências geradas ou enfrentadas por esses jovens e adolescentes estão relacionadas as pressões pelo cumprimento de exigências comportamentais e normas sociais inseridas nos processos educativos e de socialização que formatam os sujeitos ditando modelos de masculinidade e feminilidade que precisam ser alcançados e a todo tempo validados, mesmo ao custo de adoecimentos, violência e desintegração social dos sujeitos.

Apesar de sua relevância no sentido de políticas públicas mais condizentes com as necessidade e desafios enfrentados pelos alunos adolescentes atendidos tanto em escolas públicas quanto privadas, os dados da PENSE não apresentam recorte racial, algo que inviabiliza a análise de informações mais detalhadas que identifiquem, por exemplo, como adolescentes negros lidam mais especificamente com o stress dos estigmas raciais, da pobreza ou com a intensa exposição à violência e insegurança que altera a rotina de escolas instaladas no interior ou nas proximidades de comunidades ou áreas de riscos, interferindo no rendimento e frequência desses alunos.

Diante do que foi exposto e a partir de perspectivas decoloniais e antirracistas, esta monografia tem por objetivo, através de pesquisa bibliográfica e abordagem qualitativa, apresentar breve discussão teórica que ilumine possibilidades para introdução dos debates a respeito do letramento de raça e gênero em âmbito escolar a partir de práticas mais reflexivas, respeitando vivências e territórios transitados por estudantes e docentes, a fim de oportunizar relações entre os temas trabalhados em sala e as realidades que carregam aquelas e aqueles que compõem esse espaço.

Consideramos o samba como uma dentre tantas possibilidades nesse sentido, ressaltando sua vocação rítmica-cultural-histórica, assim como sua profunda e antiga relação com o protagonismo das mulheres negras desde a diáspora até seu estabelecimento e profissionalização na cena carioca das primeiras décadas do século XX, e atravessando o tempo até nossos dias sendo objeto de estudo também para aqueles que se debruçam no entendimento dos mecanismos das relações de gênero atravessadas muitas vezes por contextos raciais (Alves, 2014; Bruno, 2021; Souza, 2016; Cavalcanti 2021; Cavalcanti 2023; Mostaro, 2021; Pacheco 2021; Santanna, 2019). Será, portanto, a partir da presença feminina no samba e privilegiando, sempre que possível, narrativas e percepções de pesquisadoras, de modo a confrontar o "cânone sambista", em geral com timbre marcadamente masculino, que esta trajetória será construída.

Mantendo o ciclo comum aos terreiros e rodas, e sem esquecer que passado, presente e futuro se alimentam também na circularidade do tempo, abrimos os trabalhos ainda sem a presença da "sincopa[1]" que faz do samba este gênero concomitantemente singular e plural, para apresentar no capítulo dois, breve discussão teórica a respeito da importância da introdução dos debates acerca de raça e gênero nas etapas da educação básica, bem como os desafios e obstáculos a serem enfrentados nesse sentido. Cabe ao capítulo três, o contexto inicial dos estudos de gênero, que envolveu acadêmicas e militantes feministas, e como suas reflexões e desdobramentos epistemológicos acarretaram o entendimento de existências pluridimensionais nas quais percebe-se tal diversidade de aspectos que o caráter, a princípio universalista, da luta feministas é posto em questão abrindo espaço para a

[1] É a referência principal do samba em sua sonoridade. Para Muniz Sodré (1998), essa alteração rítmica no Brasil assume outros contornos. Para Lopes e Simas (2025) é ela que "produz o balanço rítmico típico do samba.

introdução de novos conceitos como o de interseccionalidade, bem como, diferentes narrativas, pautas e demandas outrora não contempladas. Já o capítulo quatro é inteiramente dedicado às mulheres sambadeiras e sambistas; verdadeiras griots e cuidadoras de parte fundamental da cultura negra brasileira gestada ainda nos tempos do banzo negreiro e depois nos pés descalços das senhoras de um Recôncavo que ficou para traz, talvez, como artimanha de um destino caprichoso que pretendia a vazão do estilo musical que, se nas palavras do antropólogo Muniz Sodré, é "dono do corpo", sob as lentes raciais e de gênero, igualmente é capaz de pluralizar a experiência através de suas melodias, composições, interpretações e da presença marcante das mulheres. O quinto e último capítulo, sem o interesse de encerrar essa discussão, apresenta duas experiências educacionais com resultados reflexivos e reforços bastante positivos no tocante à introdução do letramento de gênero e raça em ambiente escolar, sempre privilegiando uma educação em direitos humanos, calcada na diversidade, no respeito e na manutenção da cidadania de todos os sujeitos.

2. DISCURSOS DESAFI(N)ADOS: GÊNERO E RAÇA EM SALA DE AULA

> *E na hora em que a televisão brasileira distrai toda a gente com sua novela*
> *É que o Zé põe a boca no mundo, ele faz um discurso profundo, ele quer ver o bem da favela*
> *(Leci Brandão, 2006).*

Atualmente vivemos um momento de fragilidades, censuras, disputas e negociações políticas relacionadas a influências neoliberais que atingem a Educação Básica, de modo que temas como gênero e raça seguem sendo deturpados em função de um projeto de sociedade ainda muito conservador, sobretudo a respeito do que se ensina em sala de aula. Como consequência, parte dos debates acerca das necessidades de introdução desses e de outros temas que deveriam seguir uma linha reflexiva, institucional e, portanto, distante de achismos e opiniões sem embasamento

científico, acaba derivando para a comoção, negligência ou insinuações, no mínimo, oblíquas. É importante destacar, no entanto, que apesar de todo o pânico que possa despertar, as questões de gênero e raça estão presentes em nosso cotidiano transpassando as relações que construímos ou estabelecemos, afetando direta ou indiretamente a forma como compreendemos o mundo e a nós mesmos, interferindo nos processos de socialização e na internalização ou não de valores, normas e códigos que são referências para a sociedade na qual estamos inseridos.

No contexto das lutas por reconhecimento e direitos, o conceito de gênero pode ter seu significado distorcido justamente para reforçar narrativas que o associem a quebra de normas, códigos e à superação de condutas, sobretudo aquelas relacionadas a ordem familiar cisheteronormativa e patriarcal que melhor representa e traduz a moral conservadora em voga nos últimos tempos. Essas distorções, muitas vezes de teor altamente político conforme apontam Auad, Silva e Roseno (2019), produzem e reproduzem tensões e cerceamentos inconstitucionais já que, para as autoras, configuram retrocesso democrático em vista da censura claramente imposta ao tema que carregam. Um exemplo disso é o que afirma a pesquisadora Jimena Furlani (2022), ao relatar o episódio da conflitante e frustrada tentativa de introdução de termos como gênero e orientação sexual em documentos normativos e orientadores da educação brasileira, como ocorreu no caso do Plano Nacional de Educação (PNE).

Instituído em 2014, o PNE definiu diretrizes, metas e objetivos decenais para a educação nacional, mas antes de ser aprovado no Congresso Nacional, seu projeto foi longamente discutido por profissionais de diversas áreas da educação, tendo sua redação inicial aprovada ainda na Conferência Nacional de Educação de 2010 (CONAE 2010). Este primeiro projeto continha em seu Artigo 2º das diretrizes estabelecidas, a menção “a *superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*”. Ainda de acordo com Furlani, durante a edição da CONAE 2014, o mesmo trecho foi alterado para que fossem incluídas demandas relacionadas à educação especial e inclusiva. Entretanto, durante votação no Congresso Nacional naquele mesmo ano, o texto passou por nova e definitiva alteração que suprimiu de sua redação os termos “gênero” e “orientação sexual” sob a justificativa de uma suposta horizontalidade de pautas onde todos os sujeitos considerados discriminados pudessem ser

contemplados (2022, pg. 335-361). Convém destacar que este silêncio institucional incide criminosa e diretamente na realidade dos sujeitos, principalmente aqueles pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+[2] e meninas e mulheres, que tem precisado negociar não apenas o reconhecimento de suas existências, mas igualmente sua cidadania e o próprio direto de sobreviver[3].

Em âmbito escolar, a questão não perde sua complexidade, já que o controle sobre as formas de ser e existir no mundo se inicia muito precocemente, como demonstram Felipe e Guizzo (2022), ao utilizarem o conceito de "script de gênero" para explicar como a infância pode ser "pedagogizada" a partir de um roteiro de gênero que a escola, como instituição, faz questão de seguir. E aqueles que ousem transgredir as regras desse script, ferindo as atribuições que são culturalmente definidas para os masculinos e femininos, estão sujeitos a violências psicológicas que produzem traumas e afetam suas leituras de mundo:

> Os relatos dão conta de que na escola a criança aprende inúmeros comportamentos de violência e preconceitos das mais diversas ordens. Ainda que ela tenha em casa uma educação comprometida com o respeito aos outros, é na escola que ela se depara com várias situações de violência e preconceito, no convívio com outras crianças e também na relação estabelecida com professores/as preconceituosos/as e, por vezes, despreparados para discutir e enfrentar determinados temas (2022, p.61)

Para Guacira Lopes Louro (1997), a escola não só reforça construções sócio-históricas em função da manutenção de papeis considerados aceitáveis socialmente,

[2] A sigla LGBTQIAPN+, é utilizada para dar visibilidade às pessoas que diferem dos padrões heteronormativos habituais, representando a luta pela diversidade e abrangendo diferentes vivências através do significado que cada letra carrega. L para lésbicas; G para gays; B para bissexuais; T para transgênero, transsexuais e travestis; Q para queer; I para intersexuais; A para assexuais, pessoas arromânticas ou agêneros; P para pansexuais ou polissexuais; N para pessoas não-binárias; + representa a inclusão de todas as outras identidades ou orientações não explicitas anteriormente.

[3] O Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou que o Brasil registrou um aumento significativo nos casos de feminicídios em 2025. Do mesmo modo, o aumento no número de casos de homofobia registrados, assim como as especificidades dos casos letais para este grupo demonstram que mulheres e outros sujeitos considerados desviantes sexuais estão mais expostos a violências inerentes ao gênero e a sexualidade e por isso tem suas vidas colocadas em risco constantemente. Os dados levantados neste sentido demonstram não apenas a necessidade de políticas públicas, como também a urgência da erradicação de preconceitos, assim como a promoção da cultura da paz através da Educação em Direitos Humanos, sendo a escola um ambiente propício neste sentido.

como também ignora a fluidez das identidades que se forjam a partir dos diversos contextos e fatores que a comunidade escolar congrega. São episódios, comportamentos e violências que produzem hierarquizações ao definirem o que é “normal” e o que é “desviante”, fazendo da escola um espaço de socialização, construção e transmissão de conhecimento, entretanto contumaz reprodutor de desigualdades. Sob o mesmo ponto de vista, Junqueira (2013) destaca que, tanto o desejo dessa imposição heteronormativa quanto o silêncio em relação às questões de gênero nas escolas são formas claras de ensinar aos alunos que esses temas são proibidos justamente porque geram constrangimentos com os quais essa mesma ordem heteronormativa não deseja lidar, algo que o pesquisador classifica como “*pedagogia do armário*”; causadora, dentre outros prejuízos, de sofrimento psicológico, dificuldades de aprendizagem, evasão escolar e currículos altamente excludentes.

Assim como no caso do gênero, o conceito de raça ainda permanece ambíguo e controverso, ainda que a lógica de seu uso na atualidade refira-se puramente a seu teor sociopolítico ou como marcador de diferenças que ressalte desigualdades históricas em relação a determinados grupos sociais e, portanto, distanciando-se da ideia de hierarquização/classificação de sujeitos (BRASIL 2004; BRASIL 2010; Munanga 2019; BRASIL 2024; Pinheiro 2026).

Em *O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação,* Nilma Lino Gomes destaca que, uma das ações mais importantes dos Movimentos Negros Brasileiros foi justamente, a luta pela desconstrução de normas curriculares refratárias à adoção de narrativas que alargassem os referenciais teóricos, sobretudo aqueles presentes nos livros didáticos, a partir da contribuição também de sujeitos originários, africanos e outros, à formação social brasileira e, da mesma forma, garantir a introdução de saberes e tradições milenares em um contexto histórico muito anterior ao século XV (2019, p. 73-83). Esta ação visava/visa, dentre outros fatores a desarticular a noção de um Brasil que se constrói a partir do mito da democracia racial que confunde as raízes violentas e históricas da miscigenação brasileira com certa passividade e harmonia racial.

Algo que lança no ar a noção errônea de que, ao buscarmos o debate a respeito das afetações e prejuízos em função do racismo e outras formas de opressão

atreladas a ele, estaríamos promovendo divisões e gerando pautas ideológicas sem sentido. Dando continuidade a necessidade de responder a essa demanda que, apesar de inúmeros esforços por parte de entes governamentais e da sociedade civil, continua latente, serão apresentados alguns trabalhos que reforçam não apenas a importância da educação para as relações étnico-raciais, já a partir da educação básica, mas igualmente a construção da cultura do debate acerca do racismo e suas relações com as desigualdades presentes em nossa sociedade.

A pesquisadora Michele Leguiça (2019) nos apresenta em sua dissertação um panorama localizado do cotidiano da educação infantil, que permite a visualização de esquemas de socialização que, muito sutilmente, preservam práticas racistas e de discriminação de gênero, por vezes sustentadas pelos próprios educadores. A partir da observação de episódios ocorridos na escola onde realizou sua pesquisa, e conduzida pelo pensamento de Butler e Kaercher, a pesquisadora explica que há em diversas instituições, sendo a escola só uma delas, uma espécie de "pedagogia da racialização", que se utiliza de diferentes mecanismos culturais como a literatura, mídia e música, por exemplo, para educar as percepções de raça, de modo a disseminar uma noção específica de abjeção daqueles corpos que são estranhos aos mecanismos de uma branquitude[4], que opera desde muito cedo na vida dos sujeitos (Leguiça 2019, p. 71-75, apud Butler, 1999; Kaercher, 2010).

Seguindo a mesma premissa, porém, inspirado no conceito de necropolítica, cunhado pelo filósofo e historiador Achille Mbembe, está o ensaio de Costa, Martins e Silva (2020), que pondera a respeito da privação de direitos básicos, sobretudo educacionais, aos sujeitos oriundos das classes mais vulneráveis, em sua maioria pessoas negras. Trabalhando concomitantemente à noção de exclusão social e de direitos, com ampla contextualização histórica e, sob a ótica da racialização analisada por Mbembe (2016), os autores desvelam um cruel mecanismo que condena esses

[4] O conceito de branquitude é amplamente estudado como demonstra seu verbete no "Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas" (2023, p. 52-57). Porém, elegemos a análise de Maria Aparecida Bento, presente no livro "O Pacto da Branquitude" para melhor explicá-lo. A branquitude refere-se, portanto, a um lugar de privilégio resguardado histórica e socialmente, aos sujeitos brancos, independentemente de sua classe social, gênero, idade, grau de escolaridade etc. Estabeleceu-se e se mantém em decorrência de políticas de racialização direcionadas a pessoas não brancas empreendida a partir do século XVI, durante os processos de colonização das Américas. Para Bento, a branquitude opera a partir de um pacto, uma espécie de cumplicidade não declarada, que garante acesso a diferentes graus de privilégios e oportunidades, de modo que, mesmo os sujeitos brancos pertencentes aos grupos mais vulneráveis colhem certos benefícios, se comparados aos sujeitos negros pertencentes ao mesmo grupo (2022 p.55-67).

sujeitos, não apenas à morte de suas liberdades, como também das possibilidades de suas existências como cidadãos e cidadãs desde muito cedo (Costa, Martins e Silva (2020 apud Mbembe (2016). E ainda que consigam transpor as barreiras inerentes a cor da pele e a classe social da qual façam parte, estarão fadados a falhar, salvo exceções, já que o próprio sistema reproduz elementos e fatores que garantem seu fracasso e consequente absorção de seus talentos à uma massa trabalhadora muito precarizada que o retroalimenta. Portanto:

> [...] se pensarmos no contexto escolar, podemos perceber que as crianças negras e pobres, embora inseridas formalmente no sistema educacional, não podem exercer seus direitos de forma plena. A pobreza, os problemas de acesso e permanência, a mobilidade, a ausência quase completam de políticas governamentais que garantam o atendimento a seus direitos mais básicos impossibilitam a estes que acessem uma educação que possa realmente lhes proporcionar algum tipo de mudança ou mobilidade social. Com isso, tornar estas crianças realmente cidadãs, por meio da promoção da vida, da possibilidade da construção de sonhos e planos, trata-se de um projeto que é constantemente inviabilizado (2020, p.11)

O recente estudo *Desigualdade racial na Educação Básica: a percepção dos estudantes e profissionais de ensino a partir do Saeb 2023*, realizado a partir da coleta dos dados fornecidos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, e divulgado em junho de 2026 pelo Instituto Geledés e Alana em parceria com o Afro-Cebrap, demonstra que apesar de cerca de 80% das professoras e professores entrevistados terem declarado tratar de temas relacionados a desigualdade racial com relativa frequência em suas aulas, a percepção de aproximadamente 50% dos alunos dos anos finais das etapas do ensino fundamental e médio de escolas públicas e privadas é contrária. Ou seja, quase duas décadas depois da implementação das leis 10639/03 e 11645/08, ainda parece haver contradições e obstáculos a serem superados tanto dentro quanto fora das escolas.

O estudo sugere ainda que, apesar das questões étnico-raciais estarem mais presentes no cotidiano educacional, elas ainda são tratadas de forma muito pontual, fator que auxilia no entendimento da contradição entre as percepções de docentes e alunos. Reforça também a necessidade de atenção à formação inicial e continuada dos profissionais de educação, para que estejam preparados para os desafios que

envolvem a valorização da diversidade e a desconstrução de estereótipos e preconceitos. Dentre eles, a recusa a existência de um sistema racista estrutural e institucionalizado que paira sob corpos específicos, ou pior, sua naturalização que, sob lentes bastante discriminatórias e embaçadas, incute o conformismo das desigualdades sociais e não a reflexão como resposta a sua relação com esse sistema. Por isso e mais uma vez, para Nilma Lino Gomes:

> Quando a escola básica e a universidade não explicitam a questão racial existente em nossa sociedade, com seus conflitos, complexidades, politizações, tensões, negociações, positividades e dilemas, elas reforçam práticas racistas, discriminatórias e o preconceito e não fortalecem o sentimento de responsabilidade e solidariedade entre os sujeitos pertencentes aos diferentes grupos étnico e raciais (2021, p.445)

Todas as questões apresentadas refletem direta ou indiretamente em nossas práticas como educadoras e educadores, já que contribuem para o reforço de padrões, que apesar de tradicionalmente conformados, são, como já demonstrado, extremamente prejudiciais e excludentes. A defesa por uma educação cotidianamente decolonial e permeada pelo letramento das relações de gênero e raça caminha, portanto, no sentido da superação destas lacunas que distanciam a escola de sua função social e integradora.

Neste sentido, a experiência educacional da sambista Leci Brandão foi fundamental tanto para o estilo de suas composições, quanto para a forma como lidava com as questões sociais que permearam sua vida, sendo uma mulher negra e vivendo assumidamente sua identidade homoafetiva, isso nos anos 1970. Sua passagem pelo Colégio Pedro II e os anos de convivências com importantes figuras políticas envolvidas com o Movimento Negro, como a então professora Lélia Gonzales, durante sua permanência na Faculdade Gama Filho (Souza 2016; Bruno 2021; Hollanda 2022) refletem a construção de um lastro intelectual e consciência política bem evidentes em muitos dos sambas que compôs, a epígrafe escolhida para abrir este capítulo é um exemplo disso.

Educar meninas e meninos requer sensibilidade e atenção a não imposição de papeis que reforcem percepções onde as masculinidades se sobressaiam aos

femininos pelo simples desejo de superioridade ou pela negação de outras existências que vão muito além do reduzido universo heteronormativo; requer atenção às questões raciais e a naturalização de desigualdades que, da mesma forma, alimentam e reforçam discursos racistas, meritocráticos e antidemocráticos. Requer, especialmente, a identificação e superação de manobras e estratégias de silenciamentos impostas ou respaldadas pela legalidade e que impedem a fluidez dos debates a respeito do reconhecimento, da conquista e manutenção de direitos caros a todos os sujeitos que compõem esta sociedade.

3. ELAS POR ELAS: MULHER, MULHERES E INTERSECCIONALIDADE

> *"Nós somos Mulheres de todas as cores, de várias idades, de muitos amores. Lembro de Dandara, mulher foda que eu sei. De Elza Soares, mulher fora da lei.*
>
> *Lembro de Anastácia, valente, guerreira. De Chica da Silva. Toda mulher brasileira, crescendo oprimida pelo patriarcado. Meu corpo, minhas regras. Agora mudou o quadro*
>
> *(Mulheres - versão Doralyce e Silvia Duffrayer, 2018)*

Sempre soou curiosa e incômoda a percepção de que, ao refletirmos sobre os protagonismos femininos, particularmente em searas dominadas pela ânsia masculina, como veremos mais adiante em relação ao samba, tenhamos que fazê-lo com base em narrativas construídas muitas vezes a partir de uma ótica universal androcêntrica, onde a participação das mulheres é reduzida a um verbete, caixa de texto com dois a três parágrafos ou a um segundo plano cujo cenário específico é quase sempre a cozinha. Por este motivo revisitaremos o momento de "start" onde se estabeleceram possibilidades e concretude de narrativas gestadas a partir do movimento denominado inicialmente "estudo de mulheres", bem como seus

desdobramentos que posicionaram os conceitos de gênero e raça como parte das discussões a respeito de um novo momento da produção de narrativas e conhecimentos, desta vez, sem a necessidade da marginalização de corpos e, ao mesmo tempo, destituindo falsas pretensões de neutralidade ou universalização de sujeitos ou experiências. Pode-se considerar, entretanto, que um retorno aos anos 1960 para revisitarmos as pioneiras desses estudos, fuja à proposta inicial desta monografia, mas veremos que não, já que por aqui a década em questão também apresentou mudanças radicais que afetaram profundamente o comportamento, a política e a cultura nacional.

Podemos pensar o início da trajetória dos estudos de gênero como um movimento que surge a partir das agitações políticas e socioculturais dos anos 1960, inicialmente nos Estados Unidos e depois em outras partes do mundo, como um derivativo da relação poder/discurso/saber analisada social e historicamente por feministas e acadêmicas daquele momento. E para isto Joan Scott (2011), nos auxilia na apreensão em perspectiva histórica do que foi essa virada de chave a partir do momento em que as mulheres, não apenas acessaram em maior número as universidades, mas também questionaram sujeitos e objetos do conhecimento através de sua atuação intelectual e da movimentação de seus corpos, até então estranhos aos redutos do saber. Para Scott, esse deslocamento teve como consequência a fragmentação da noção universalizante de “mulher” que aquele período inicial buscou estabelecer em contrapartida ao discurso androcêntrico que se propagava. Em outros termos, as mulheres se reconheciam como diversas em suas existências e coube aos “women’s studies” traduzir o gênero como uma categoria passível de análise a partir dessas diferenças e das tensões que surgiam nesse processo:

> A questão da diferença dentro da diferença trouxe à tona um debate sobre o modo e a conveniência de se articular o gênero como uma categoria analítica. Uma dessas articulações serve-se do trabalho nas ciências sociais sobre os sistemas ou estruturas do gênero [..]. A abordagem da ciência social ao gênero pluralizou a categoria “das mulheres” e produziu um conjunto brilhante de histórias e de identidades coletivas; mas também esbarrou em um conjunto aparentemente intratável de problemas que se surgiram ao reconhecimento das diferenças entre as mulheres. Se há tantas diferenças de classe, raça, etnia, sexualidade, o que constitui o campo comum em que as feministas podem organizar uma ação coletiva coerente? (Scott, 2011, p.91)

O momento a que Joan Scott se referiu, em parte é devedor de importantes reflexões construídas no interior de coletivos e encontros de mulheres negras, muito anteriores aos "women's studies". A partir do que conta Patricia Hill Collins, Ana Claudia Pereira (2019) cita nomes como os de Anna Julia Cooper e Ida B. Wells-Barnett como precursoras por usarem, em suas análises a respeito da condição das mulheres negras norte-americanas no século XIX, as dimensões de raça, classe e gênero indicando que apesar do termo interseccionalidade não se fazer presente, a noção de diversidade em relação às opressões era óbvia já naquele momento. No século XX, mais precisamente a partir da década de 1970, o Combahee River Collectives, volta a chamar atenção neste mesmo sentido, ao divulgar o manifesto "*Declaração Feminina Negra"*, onde defendiam a libertação das mulheres negras juntamente com o combate ao racismo, ao sexismo e ao capitalismo. Portanto, ainda que a jurista Kimberly Crenshaw seja conhecida como aquela que pavimentou o caminho que a partir de 1989 levou a institucionalização do termo interseccionalidade, bem antes disso, mulheres negras já falavam dessas avenidas de opressões que ao se encontrarem forma(va)m aquilo que Carla Akotirene (2019) chamou encruzilhadas opressivas e que, a partir de diferentes aspectos, atingem os mais diversos sujeitos sociais.

A afirmativa acima está calcada na ideia de que apesar de surgir no bojo dos coletivos e organizações de mulheres negras, a interseccionalidade serve a análise de qualquer sujeito em vias opressivas. Ela objetiva expor os entraves para a superação destas, porém não se esgota a ponto de excluir ou não auxiliar na elucidação de outras vivências, exatamente como explica a socióloga Patrícia Hill Collins, em entrevista a um grupo de intelectuais da Universidade de São Paulo:

> É importante reconhecer que o quadro de referencial teórico da interseccionalidade foi inicialmente concebido por mulheres negras, latinas, pobres e por membros de grupos igualmente subordinados. Isto de modo algum significa dizer que esse quadro de referência deva limitar-se ao estudo dos indivíduos marginalizados ou grupos oprimidos. [...] Os privilégios de raça, classe, gênero e sexualidade, tanto quanto a marginalização associada a essas mesmas categorias, não são entidades separadas, mas refletem relações de poder interconectadas, de sorte que o privilégio está intimamente ligado a sua vantagem e vice-versa (2021, p.288)

A interseccionalidade nasce, portanto, da compreensão de que são justamente as especificidades e o lugar que os sujeitos ocupam em uma sociedade que indicarão as intensidades e o nível de opressão a que estarão expostos, isto sem criar nenhum tipo de grau comparativo ou hierarquização. Ou seja, dentro dessa lógica as opressões não assumem caráter aditivo, mas intensificam as experiências a ponto de o entendimento e as reações a elas tornarem-se muito mais difíceis. E a racialização neste processo não é regra, mas em contextos em que o racismo assume caráter superlativo devido seu poder de estruturar e institucionalizar a sociedade, é fator preponderante. Por exemplo, a intérprete de grandes sambas, Elza Soares, mulher negra e periférica, assim como outras mulheres brancas na mesma condição, precisa(ra)m lidar com o machismo, a misoginia, o sexismo e as vulnerabilidades presentes em sociedades patriarcalmente capitalistas, porém as mulheres negras nesse mesmo cenário eram brutalmente atingidas pelos “tentáculos” do racismo, opressão com a qual as mulheres brancas não tinham que lidar. No caso de Elza, são vários os relatos de episódios de sua vida em que o machismo e a cor de sua pele, independente da ascensão social que experimentara, continuaram sendo motivo de escarnio ou impedimento para o deslanchar de sua carreira (Bruno, 2021; Hollanda 2022; Machado, 2019).

A percepção do entrecruzamento dessas formas de opressão é o que melhor traduz a interseccionalidade tanto para os feminismos correntes quanto para os estudos de gênero. E o pioneirismo dessa perspectiva em ambiente acadêmico coube às mulheres negras através dos escritos e ativismo de intelectuais como a filósofa Angela Davis (1944 -), quem em 1981 publicou “Mulheres, raça e classe”, um de seus trabalhos mais conhecidos e considerado um clássico de feminismo negro por apresentar em perspectiva histórica, a luta das norte-americanas negras por direitos básicos através da percepção e enfrentamento das diferentes formas de opressão que as atingia. Audre Lorde (1934-1992) foi outro importante nome daquele momento porque como poetisa e filósofa conseguiu traduzir anseios e medos com os quais suas irmãs de cor precisavam lidar cotidianamente. Uma de suas obras mais conhecidas é “Irmã outsider”, publicada originalmente em 1984, em que trata de temas diversos que vão desde interseccionalidade, passando por questões que envolvem classismo e opressões etárias. Bebendo desta mesma fonte, ainda podemos citar outras

importantes contribuições para os estudos feministas que focavam em questões relacionadas a gênero, diferenças e sexualidades como os trabalhos de bell hooks (1952-2021), dentre eles, “E eu não sou uma mulher: mulheres negras e feminismo”, título lançado em 1981, em que destaca o impacto da relação entre racismo e sexismo na vida das mulheres negras e como o movimento feminista tradicional norte-americano falhou ao não reconhecer tais especificidades. Já em “Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como mulher negra”, publicado em 1989, a autora apresenta uma coletânea de ensaios em que as opressões de gênero, classe e raça aparecem em análises que tratam de cultura, autopreservação, educação, religião, amor e feminismos.

É importante ressaltar que esta movimentação não correu sem tensões e oposições, afinal este processo deu-se também de forma política, com e através da participação dos movimentos de mulheres da época. As teóricas e feministas que se posicionavam no centro do debate que corria dentro e fora da academia reivindicavam, muitas vezes, a junção do público e do privado, entendendo que as mulheres, suas histórias e existências ocupavam ambos os espaços. Ocorre que, com o passar do tempo e o refinamento dessas discussões, a insuficiência da área de estudos das mulheres para explicar novas temáticas e questões de ordem opressiva, existenciais e subjetivas tornou-se aparente, impulsionando o estabelecimento dos chamados estudos de gênero (Piscitelli, 2002).

No Brasil, o interesse pela história e estudos sobre as mulheres se insere num contexto bem peculiar dado o golpe civil-empresarial-militar que teve início em 1964. Vários outros fatores podem ser adicionados a esse momento do ressurgimento de um feminismo de classe média, no geral branco, com características mais contemporâneas e marcadamente diferenciado daquele das primeiras décadas do século XX. Portanto, os anos 1960 foram bastante expressivos em termos comportamentais e socioeconômicos porque percebe-se naquele momento um relativo aumento do contingente dessas mulheres no mercado de trabalho e nas universidades. O advento da pílula anticoncepcional e a possibilidade de um controle de natalidade que cabia na palma da mão fez com que essa parcela das brasileiras questionasse de forma mais incisiva determinados padrões de domesticidade e feminilidade, além de trazer a tona assuntos relacionados ao próprio corpo e ao prazer nas relações, até então considerados tabus. Uma quase revolução, porque envolta na

discrição e na dura manutenção de limites legais, comportamentais e de censuras impostas, sutilmente ou não, àquela época.

Por exemplo, até 1962, ano de instituição do *Estatuto da Mulher Casada,* as esposas eram assombradas por uma incapacidade civil que as tornava dependentes de seus maridos para receber heranças ou até mesmo para solicitar emissão de um simples documento de identificação. Havia ainda, a questão da indissolubilidade do casamento que dificultava a legalidade da separação de corpos para aquelas que tinham coragem de pôr fim a relações muitas vezes abusivas e violentas. Adicione-se a isso a problemática em ter que lidar com o peso de questões morais e religiosas que recaiam muito mais sobre as mulheres, consideradas socialmente responsáveis diretas pela manutenção e sucesso do matrimônio. Apesar da celebração pela conquista do estatuto e da sensação de maior autonomia no campo civil, a chamada *Lei do Divórcio* que garantia dissolução legal do matrimônio demorou quase duas décadas para finalmente ser aprovada. Direitos adquiridos paulatinamente e nunca sem alguma condicionalidade que lembrasse às mulheres sua domesticidade através de um controle legitimo e patriarcal, com o qual lidamos até hoje (Cortês; 2018).

É nesse interim da década de 1960 que a escritora Marta Batalha (2016), constrói a invisível história da jovem Eurídice Gusmão[5], exemplo perfeito de um feminino que mesmo domesticado pela insegurança e conformidade da vida conjugal alimentava desejos próprios de autonomia. Outras mulheres sufocadas como Eurídice povoam essa história, dentre elas, Guida, sua irmã, punida, rejeitada e violentada em diversos momentos por apostar numa fantasia romântica que resultou em humilhação, casamento, abandono, maternidade solo, objetificação e abuso de seu corpo por necessidade de se dobrar a vida para sobreviver juntamente com seu filho. Nenhuma das personagens criadas por Marta Batalha para esta história de invisibilidades foi tocada pelas ideias feministas que chegavam ao país ou pelas benesses do estatuto de 1962. Todas, porém, vindo antes ou depois de Eurídice, transferiram às suas linhagens um “habitus” de crueldades machistas e misóginas, criadas e legitimadas por um ente patriarcal também invisível e principal gerador de um mal-estar com o qual não conseguiam lidar e que, por vezes, lhes custava caro demais, como no caso

[5] A vida invisível de Eurídice Gusmão

de dona Ana, mãe de Eurídice e Guida, acusada de infidelidade e desonra que tinham como prova apenas um hímen que não se deixou romper na noite de núpcias[6].

Voltando a vida real, toda a complexidade, sobretudo, dos primeiros anos do golpe militar, acabou forçando um abrandamento no tom dos debates e discursos a respeito dos direitos das mulheres que incidiu, inclusive, na área dos estudos de gênero. Em 1971, a escritora e ativista norte-americana Betty Friedan veio ao Brasil para o lançamento do livro "A mística feminina", leitura festejada entre as feministas liberais, consideradas subversivas pela dupla militância feminista e anti-golpe que exerciam. Por ser tratar de uma leitura considerada radical demais para os padrões da época, a autora e sua obra foram duramente rechaçadas, inclusive pela imprensa dita progressista naquele momento (Rosemberg 2018, p.341-342). Fazendo um paralelo temporal, o caso lembra o ocorrido com a filósofa norte-americana Judith Butler, que em 2017 visitou o Brasil, para participar de um seminário acadêmico internacional sobre democracia e filosofia política e para o lançamento de dois livros, mas por seu reconhecimento na área dos estudos de gênero, foi perseguida e assediada verbalmente, numa tentativa desesperada de boicote por parte da extrema direita brasileira preocupada com questões relacionadas a uma ideologia de gênero que ela mesma alimentou[7].

Bem, o ponto é que, nem nos momentos mais drásticos do período ditatorial as mulheres deixaram de reivindicar e disseminar informação, seja através de grupos de estudos, da participação em passeatas, comícios, guerrilhas, marcando presença nos sindicatos e partidos políticos ou fazendo alianças estratégicas, sempre em prol do combate à ditadura, sem sufocar, entretanto, a produção teórica e um desejo de

[6] A virgindade era outro tabu com o qual as mulheres precisaram lidar. E nem mesmo as questões fisiológicas que comprovavam as diferentes anatomias dos corpos eram suficientes para dar a elas algum respaldo quando algo não saia como esperado. Dona Ana, assim como sua filha Eurídice, passou décadas sendo acusada de infidelidade porque, durante a primeira relação sexual com seu cônjuge na noite de núpcias, o sangramento que comprovaria o rompimento do "selo sagrado de sua suposta pureza", não ocorreu. Essas acusações, apesar de atormentarem mãe e filha por anos a fio, nunca foram tema de discussão ou geraram situações de apoio ou acolhimento entre elas. Dona Ana ainda buscou auxílio médico para entender o que aconteceu, mas Eurídice, conformada e decidida a se punir por algo que fugia a seu controle, passou anos permitindo que o marido, uma vez por mês, a lembrasse de forma dolorosa e humilhante do episódio.

[7] Diversos veículos de imprensa registraram o ocorrido, dentre eles, a reportagem da mídia independente "The Intercept Brasil" faz uma interessante analogia entre o comportamento dos manifestantes que promoveram uma queima simbólica da filósofa ao período histórico medieval no qual as mulheres eram caçadas e queimadas em praça pública. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2017/11/07/judith-butler-bruxa-manifestacoes-sao-paulo-ideologia-genero/>

autonomia, que mesmo em segundo plano lhes servia de combustível (Pedro 2018; Rosemberg 2018).

É importante destacar que ao longo de toda essa movimentação havia grande diversidade de vozes e atuações que resultaram num movimento feminista político de muitas teorias e faces que resistiu bravamente aos "*anos de chumbo*". A historiadora Flavia Rios (2019), registra a participação de mulheres negras nos embates intelectuais e políticos que compreenderam o período da ditadura. Elas atuaram e lutaram, inclusive pegando em armas, para confrontar o regime e após sua destituição, operaram, direta e indiretamente, nas frentes pela redemocratização e pela conquista de direitos e autonomia política também para si. A partir desses deslocamentos e incômodos germina um feminismo enegrecido pela consciência de que o gênero apenas não daria conta de explicar os desafios que se condensavam a partir de suas experiências (p. 227-253).

Isto porque, acesso à educação, liberdades de pensamento e direitos sobre o próprio corpo eram dilemas com os quais as mulheres brancas de classe média ou alta precisavam lidar para conquistar o mínimo de dignidade e autonomia que é caro e comum a qualquer sujeito independente do sexo biológico ou classe social. No entanto, e como afirmado anteriormente, para mulheres negras, a estes dilemas era adicionado o peso da raça e, portanto eram nutridas um outro tipo de conscientização e responsabilidade em relação às lutas que assumiam e reflexões que desenvolviam, seja a partir dos grupos de mulheres periféricas e faveladas que mesmo com pouca instrução mantinham a observância e os pés bem fincados no chão de suas realidade, seja através das intelectuais que transitavam entre a Academia e a vida real, mostrando às militantes e acadêmicas brancas, muitas delas elitistas inclusive, que seus discursos apesar de inovadores e revolucionários, não contemplavam o mulherio periférico.

E coube à filósofa e historiadora Lélia Gonzalez (2020), lançar as bases para o que mais tardiamente se tornaria uma das mais importantes vertentes do movimento e da teoria feminista no Brasil. Ao destacar a importância da organização e participação de mulheres negras tanto por parte da militância como da produção acadêmica, o fez sem esquecer de citar o trabalho de outras importantes contribuintes da causa. Exemplifica-se com nomes como o da historiadora Beatriz Nascimento que,

em perspectiva quilombola, buscava maior aglutinação da comunidade negra através de estratégias culturais e de pesquisas que culminavam nos encontros da *Semana de Cultura Negra*, realizados na Universidade Federal Fluminense (UFF) e em outras instituições universitárias.

Outras duas companheiras de militância lembradas foram a atual deputada federal Benedita da Silva e a ativista pelos Direitos Humanos e indicada ao Nobel da Paz em 2005, Jurema Batista, ambas, à época, imersas na realidade das favelas cariocas, foram de extrema relevância para as reflexões e extensa pesquisa que Lélia desenvolvia a respeito da condição do sujeito político "*mulher negra*", que se constituía naquele momento:

> Do fundo do poço do seu anonimato – nas favelas, na periferia, nas prisões, nos manicômios, na prostituição, na "cozinha da madame", nas frentes de trabalho nordestinas – talvez nunca tenham ouvido falar de *direito de cidadania,* mas tem consciência do que significa ser *mulher, negra e pobre,* ou seja, viver acuada, à espreita do próximo golpe a ser recebido, vigiando-se e "saindo de cena" para não ser mais ferida do que já é quando se trata de diferentes agentes da exploração, da opressão e também da repressão. Significa se jogar inteira no desenvolvimento das chamadas "estratégias de sobrevivência", dia após dia, hora após hora, sem deixar, no entanto, de apostar na vida (Gonzalez 2020, p. 111)

Suas palavras e ativismo clamavam a atenção para o fortalecimento de um feminismo afro-latino-americano e caribenho que analisava as consequências subjetivas, históricas e sociais dos horrores de uma escravidão que subverteu a condição de sujeita de todas as envolvidas nos processos de colonização capitaneados por potências europeias nos territórios que, segundo Lélia, compreendiam a "Améfrica Ladina". Das senhoras às escravizadas, das violentadas às libertas, todas tivemos, em algum momento, nossas espinhas dorsais envergadas para caber em sentidos historicamente danosos e a serviço da manutenção de pressupostos patriarcais e racistas; sendo as mulheres negras, entretanto, as mais prejudicadas por conta da objetificação e desumanização de seus corpos (Gonzalez 2020, p139-150).

Lélia Gonzalez foi inspiração para outros importantes pensadoras que reverberaram suas ideias transformando-a em importante referência brasileira para os

estudos feministas e de gênero contemporâneos. Dentre suas herdeiras está Luiza Bairros, também ativista das causas raciais e pelos direitos humanos, intelectual que levou adiante o pensamento de Lélia, traduzindo-o em seus escritos e posicionamentos políticos, seja através de sua atuação como professora universitária, através da participação em projetos que visavam a implementação de políticas públicas de combate a intolerância racial ou como ministra da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir) entre os anos de 2011 e 2015. Um de seus muitos legados teóricos foi publicado em 1995 com o título “Nossos feminismos revisitados”, um convite às mulheres, sobretudo negras, a repensarem os muitos feminismos que se apresentavam sempre a partir do enfoque racial e compreendendo que a luta feminista não nublava suas posturas antirracistas (Bairros 1995, p.458-463).

Como vimos até aqui, o percurso através do qual as mulheres começaram a se reorganizar e imaginar suas próprias cidadanias tem seus próprios meandros e se iniciava, quase sempre, a partir da conscientização que ocorria muito mais pelo acolhimento e reconhecimento das dores e desafios compartilhados, do que através da teoria e falta de empatia de uma parcela dos movimentos que insistia em universalizar múltiplas experiências e especificidades das sujeitas que se apresentavam. Assim como nos processos de luta política por reconhecimento, no terreno da criação e expressão cultural as mulheres também precisaram se impor e superar barreiras criadas por um lastro de racismo, machismo e outras formas de opressão e silenciamentos que, apesar de incialmente apagar seu protagonismo, não foi suficiente para removê-las em definitivo da história.

4. FAZENDO SAMBA E ABRINDO CAMINHOS: MULHERES NO CANCIONEIRO BRASILEIRO

“Pisa nesse chão com força, oh, sinhá

Pisa nesse chão com força

Mandei benzer meu anel, e também minha pulseira, nem tudo na vida é mel, há coringa a noite inteira

Pisa nesse chão com força, oh, sinhá"

(Geovana, 1975)

E aqui adentraremos o mundo do samba, como sempre revisitando aquelas que em suas primeiras notas e timbres abriram caminhos criando exceções a mais uma incomoda regra, a predominância masculina na história do cancioneiro brasileiro e seus variados gêneros. Observando a trajetória da música popular brasileira não é difícil perceber a condução de um monopólio, sobretudo autoral, masculino que parece ignorar a presença das mulheres, e no caso específico do samba, esse apagamento é ainda mais evidente já que o gênero foi resguardado e se estabeleceu a partir dos pés, da rítmica, criatividade e coragem de africanas e africanos em diáspora e afrodescendentes que, ao longo do tempo, num movimento de emigração alcançaram outras regiões do país. Isto permitiu a vazante do "semba" que misturado a outras tradições transformou-se na chula ou samba de roda baiano, no matuto, no almocreve, no samba de lata, no samba de caboclo e outras tantas vertentes, consagrando-se, entretanto, e, de forma bastante peculiar, no Rio de Janeiro.

É possível afirmar que a primeira grande figura feminina da música popular brasileira de que se tem notícia seja Chiquinha Gonzaga (1847-1935), figura nada convencional para os padrões da sociedade oitocentista brasileira. Protagonista de trajetória invejável, sua história paradoxal rompeu o véu do apagamento, mas não impediu a ocultação de sua origem mestiça já que era filha de uma mulher negra com um militar branco. Francisca Edwiges Neves Gonzaga é autora de mais de duas mil canções e sua marcha rancho "Ó abre-alas" é considerada a primeira marchinha a cair nas graças do público carnavalesco, sendo lembrada até os dias de hoje, além disso também alcançou a proeza de ser a primeira mulher a reger uma orquestra sinfônica no Brasil. No campo pessoal, Chiquinha subverteu a ordem ao separar-se de seus dois primeiros maridos e por isso foi rejeitada pela própria família e impedida de criar os filhos. A exclusão social que enfrentou por causa de sua postura incomum para a época não a fez desistir de seus projetos profissionais e para o jornalista Leonardo Bruno (2021), o embranquecimento de sua imagem está profundamente relacionado com a forma como a sociedade compreendia o papel e valor das mulheres naquele momento.

De fato, assim como a trajetória de Chiquinha Gonzaga, o oitocentos é considerado por muitos historiadores brasileiros como um período de contradições marcado tanto pela noção familiar patriarcal que definia muito claramente o papel e os espaços de atuação das mulheres, quanto pela naturalização da escravização de pessoas negras (Alencastro, 1997; Schwarcz e Starling 2015). Não sendo possível ignorar a genialidade de Chiquinha Gonzaga, a alternativa era então, embranquecê-la e esperar que o próprio tempo fizesse seu trabalho. Além desta questão, há uma outra digna de nota e que diz respeito à rejeição da elite em relação às expressões culturais ligadas aos africanos e afrodescendentes (Sodré, 1998). Curiosamente os estilos musicais escolhidos por Chiquinha Gonzaga assemelhavam-se àqueles produzidos e disseminados nos rincões da famosa e movimentada Praça Onze, região povoada por uma massa negra e diversa, detentora de uma cultura igualmente negra e popular que se chocava ruidosamente com os hábitos europeizados da pouco realista belle époque brasileira. Por isso, embranquecer a maestra mestiça nascida em berço de ouro nos parece parte de um plano que buscou afastar esses dois mundos ao invés de uni-los. E talvez por isso também, o samba, em seus mais diversos estilos, tenha se tornado a maior expressão dessa distinção.

Pois bem, quando a jovem Izaltina emprestou sua voz, em 1920, para aquele que é considerado o primeiro registro fonográfico de samba em voz feminina, este gênero já fazia história na casa das matriarcas baianas que se instalaram no Rio de Janeiro no último quartel do século XIX. Foi por essa época que a família de Hilária Batista dos Santos ou Tia Ciata, popularmente reverenciada como a grande matriarca do samba e guardiã de tradições e mistérios da religiosidade afro-brasileira chegou ao Rio de Janeiro, junto a outros grupos familiares baianos que com o decorrer do tempo alteraram a vida cultural do pedaço da cidade carinhosamente apelidado pelo sambista e pintor Heitor dos Prazeres, de “Pequena África”. A Praça Onze se tornou desde então, o reduto da nata do samba, antes mesmo do samba se popularizar. As casas de candomblé, as disputas de ranchos, a musicalidade singular e a criatividade para burlar o preconceito e a perseguição policial em torno das expressões artísticas e religiosas consideradas primitivas por serem ligadas a população negra fizeram daquele território o centro irradiador de uma cultura negra que aos poucos se consolidava (Sodré 1998, p.11-18).

A dona de uma das casas de candomblé mais respeitadas dessa região também acolhia lundus e rodas de samba, encontros que renderam por exemplo a letra de "*Pelo telefone*", composição registrada em 1916 e gravada comercialmente no ano seguinte pelo sambista Donga, que tem hoje a autoria questionada devido a participação de outras figuras importantes, dentre elas a própria Ciata[8].

Contudo, a casa desta tia baiana não era o único reduto cultural e religioso comandado por uma mulher negra naquela localidade, outras mães, senhoras e tias também se envolveram com o samba e assim como Ciata, trafegavam para muito além da cozinha e sala de estar, nesses espaços de intensa socialização. De acordo com Leonardo Bruno (2021) a presença dessas senhoras prova e comprova que além de cederem o espaço de suas casas para a realização de encontros musicais e religiosos, também participavam ativamente das rodas de samba como autoras, instrumentistas, partideiras e fundadoras de alguns importantes ranchos carnavalescos de sua época:

> Mariquita, Sinha Velha, Pequena, Cincinha, Ziza...Nenhuma delas entrou para a história como sambista. A citada Maria Adamastor, uma das "tias baianas" mais famosas da Pequena África, foi fundadora de vários ranchos, como o Sempre-Vivas, o Rei de Ouros e o Flor de Romã, mas seus dotes artísticos como partideira e percursionista, relatados por Jumbeba ficaram em segundo plano. Assim como Carmem do Ximbuca, Gracinda e Bebiana, outros nomes relevantes no entorno da Praça Onze. Todas entraram para a história representando o mesmo papel; as tias que recebiam os sambistas em seus quintais (Bruno 2021, p.31).

Cabe pontuar, que esse tipo de atuação por parte das mulheres não se restringiu aos redutos da Praça Onze, isto porque, com as reformas urbanas e o "*bota-abaixo*[9]*"* liderado pelo então prefeito Pereira Passos entre 1903 e 1906, as áreas mais

[8] Sobre "Pelo Telefone", há dois apontamentos a serem feitos: O primeiro diz respeito a autoria da letra que é questionada por diversos pesquisadores, (Bruno, 2021; Doring, 2019, Schwarcz e Starling, 2015) que consideram a relevância das casas de santo das primeiras décadas do XX como espaços de socialização e produção cultural coletiva, sobretudo para a população afrodescendente que vivia e convivia no entorno da Praça Onze e adjacências. O segundo, levanta a hipótese de este não ser o primeiro samba gravado, mas sim aquele que teria alcançado primeiro maior fama dentro do gênero, já que se sugere a existência de outras duas gravações de 1914 e 1919, também rotuladas como samba (Lopes e Simas p. 219, 2025).

[9] A expressão refere-se ao momento histórico conhecido como "Regeneração", onde as maiores capitais do país, dentre elas, o Rio de Janeiro, passaram por um período de total reforma estrutural urbana em suas regiões centrais com o intuito de moderniza-las a partir de um conceito arquitetônico europeu que rejeitava as moradias

a norte e oeste da capital do Rio de Janeiro registraram relativo aumento populacional por conta do deslocamento de núcleos comunitários inteiros forçados a deixar suas residências localizadas nas proximidades da antiga Avenida Central, devido projetos urbanísticos que visavam a modernização do centro da cidade.

Esses grupos levaram para essas novas localidades diversas referências e tradições de antigos ranchos que deram origem à muitas das agremiações carnavalescas da atualidade. E a partir daqui, onde os apagamentos históricos das participações das mulheres parecem assumir contornos mais intencionais, surgem reflexões a respeito das possibilidades de estratégias de resgate dessas participações outrora descartadas, através da construção de práticas educativas que estimulem o ensino antirracista e o letramento de gênero. Esta reflexão se encorpa devido ao fato de que, apesar do silêncio de alguns documentos oficiais, muitos pesquisadores (Bruno, 2021; Cavalcanti 2023; Hollanda 2022; Lopes e Simas, 2025; Schumaher e Brazil, 2007; Schwarcz e Starling, 2015; Sodré 2002) vêm resgatando e atestando a participação delas ao longo da história de estabelecimento do samba carioca, nos processos de fundação e conformação das escolas de samba e nos desdobramentos da história do cancioneiro brasileiro como um todo.

Muniz Sodré (2002), ao tratar dos processos de socialização ocorridos a partir de espaços geridos especialmente por lideranças religiosas femininas, aponta que essas mulheres tiveram importância significativa tanto na consolidação do samba urbano carioca como no surgimento de blocos carnavalescos que depois tornaram-se grande agremiações, por exemplo, através da atuação de Dona Esther Maria de Jesus, ialorixá com casa situada no bairro de Osvaldo Cruz, que ajudou a fundar a Portela, uma das escolas de samba mais tradicionais do Rio de Janeiro (2002, p.148-149). A *Rainha Quelé*, Clementina de Jesus (1901-1987), ao recordar da época de sua juventude e das rodas de partido alto comandadas por mulheres em que esteve presente, não apenas corrobora a afirmativa de Sodré (2002), ao citar que teria sido na casa de Dona Esther o momento de fundação da Portela, como também faz questão de valorizar a participação das mulheres nas rodas de samba e partido ao reconhecer a mesma Esther como uma das melhores partideiras de sua época.

simples e cortiços que se espalhavam por estas mesmas regiões e que abrigavam uma grande massa de trabalhadores empurradas tanto para as encostas dos morros quanto para regiões mais interioranas.

Em outro caso, apesar de Maria Romana e Neném de Buzunga cederem suas casas e participarem ativamente das reuniões que antecederam o surgimento da Acadêmicos do Salgueiro, seus nomes sequer são citados na ata de formação da escola carioca. No Império Serrano, Vovó Maria Joana e Tia Eulália não são citadas na história de fundação da agremiação que nasceu no coração da Serrinha, ainda que a casa de Eulália exista até hoje na comunidade e seja reconhecida como ponto de referência histórico da fundação dessa escola de samba (Schumaher e Brazil 2007, p.401; Bruno 2021, p.36). Vejamos a seguir outros protagonismos que atestam o peso dos atravessamentos de gênero e/ou raça enfrentados por mulheres, e que revelam a total assimetria nas relações de poder que envolviam o acesso, a participação e o pleno reconhecimento delas nas muitas instâncias da música popular brasileira.

Consolidada a cultura carnavalesca, prevaleceu igualmente a figura masculina como intérprete dos sambas defendidos nos desfiles, principalmente das grandes escolas, ainda assim, registros documentais, orais e fonográficos apontam que elas souberam marcar presença. Carmen Silvana, em 1964 exerceu a função de puxadora do samba de enredo “Aquarela Brasileira”, de Silas de Oliveira. Dois anos mais tarde, Surica ajudou a defender “Memórias de um sargento de milícias” da Portela. Com o passar do tempo outras grandes vozes emprestaram seu talento à função, dentre elas, Marlene, Clara Nunes, Elza Soares, Simone, Leci Brandão e Eliana de Lima.

Exercida em conjunto, entretanto, a função nunca foi assumida apenas por mulheres, indicando que apesar da participação havia/existem barreiras históricas e culturais ainda instransponíveis para um cânone sambista que insistia/e em asseverar a voz masculina como a ideal nestes casos. Leci Brandão e Eliana de Lima, em depoimento ao jornalista Leonardo Bruno revelam paridade em seus relatos sobre a experiência de intérprete em desfiles de escolas de samba. Ambas contam que geralmente as agremiações não renunciam à presença da voz masculina sugerindo, inclusive, que “as mulheres adequem suas vozes para cantar na tonalidade masculina”, como ocorrido com Eliana de Lima na Unidos do Peruche em 1988 e Leci Brandão na Acadêmicos de Santa Cruz em 1995 (Bruno, 2021; Lopes e Simas, 2025).

Já no campo das composições, apesar do nome de Amélia Pires constar em 1933, como integrante da ala de compositores da Unidos da Tijuca, e Dona Ivone Lara ter assinado em parceria o antológico “Os cinco bailes da história do Rio”, para o

Império Serrano no carnaval de 1965, o pioneirismo entre as compositoras segue sob o domínio de Carmelita Brasil, fundadora e primeira presidente do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Ponte, localizado em São João de Meriti, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Entre 1957 e 1964, Carmelita assinou sozinha ou em parceria diversos sambas, além de criar e desenvolver temas carnavalescos que a agremiação levou para os desfiles (Lopes e Simas, 2025, p.71).

Para Hanna Cavalcanti (2023), o protagonismo de Carmelita vai além do samba, já que em 1947 foi a primeira mulher eleita vereadora pelo município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, fato que certamente abriu portas para a representatividade feminina na política fluminense. Apesar de reverenciada através da comenda "Carmelita Brasil Monteiro, honraria concedida às mulheres que se destaquem em atividades que elevem o nome da cidade iguaçuana", Carmelita, assim como muitas das citadas nesta monografia, passam quase que despercebidas pela história do samba (2023, p.121-124). Uma inexpressividade calculada e de acordo com o predomínio masculino que alcança o samba e outros gêneros e espaços de atuação da música popular brasileira, além de outras diversas formas de expressão artística e cultural, como evidenciado por Heloisa Buarque de Hollanda (2022) ao analisar os desafios e resistências enfrentados mulheres desejosas em ocupar e atestar seus talentos no teatro, cinema e literatura brasileira.

O verbete "Condição Feminina", presente no "Dicionário da História Social do Samba" (2025), nos revela ainda que, no âmbito dos registros fonográficos de sambas em voz feminina, além da já citada Izaltina, temos Maria Marzulo que, na mesma década de 1920 teria gravado em parceria o sucesso "O casaco da mulata", e a cantora Rosa Negra, integrante da Companhia Negra de Revista, que gravou em 1927, juntamente com Francisco Alves o samba "Não quero saber mais dela" (p.71-72). Já em 1929, Aracy Cortes, aquela que, de acordo com Leonardo Bruno (2021), pode ser considerada a primeira grande estrela da música popular brasileira, grava o célebre "Jura". O autor faz esta observação porque até a década de 1930, apesar das mulheres gravavam músicas sozinhas ou em parceria, não faziam grande sucesso como ocorreu com Aracy, que na verdade chamava-se Zilda de Carvalho Espíndola e usava pseudônimo porque a opinião pública não via com bons olhos mulheres envolvidas na carreira musical, principalmente cantando samba, embaraço do qual trataremos mais adiante.

Em entrevista à teórica feminista Heloisa Buarque de Hollanda (2022), o crítico musical Nelson Motta afirmou que "*até os anos 1960 a música brasileira foi dominada por homens, reservando às mulheres apenas o papel de intérpretes de ideias, desejos e medos masculinos*". Bem, chegamos até aqui cientes de que esta informação não procede e além dos exemplos já citados, temos no campo das autorias e composições os nomes de: Lina Pesce, que entre o fim dos anos 1920 e a década de 1960 compôs choros, valsas, tangos, rumbas e sambas-canção gravados e interpretados nacional e internacionalmente[10]. A grande "pequena notável" Carmen Miranda, que segundo Ana Carolina Murgel (2010), tem duas composições em seu nome datadas da década de 1930. Marília Batista, sambista autodeclarada e reconhecida, exímia compositora, violonista e intérprete. Aylce Chaves, "compositora de centenas de canções imortalizadas pelas grandes vozes de sua época" (Cavalcanti 2023, p.112); Dilu Mello, conhecida por musicar um dos grandes clássicos da música popular brasileira dos anos 1940[11], "Fiz a cama na varanda"; e a pernambucana Almira Castilho, autora de grandes sucessos da década de 1950, muitos deles gravados por seu marido Jackson do Pandeiro, dentre eles a famosa "Chiclete com banana".

O caso de Almira é emblemático já que sua atuação como compositora é questionada até hoje. No verbete dedicado a compositora no Dicionário Cravo Alvim da Música Popular Brasileira, ela aparece como autora do sucesso citado e regravado inclusive por outros grandes nomes da música brasileira, entretanto, o verbete da mesma publicação dedicado a Jackson do Pandeiro, sugere que muitos dos sucessos compostos por Almira foram na verdade de autoria de Jackson que, por estar "muito apaixonado", teria os registrado em nome da esposa, tanto que a letra de "Chiclete com banana", aparece neste mesmo verbete como uma coautoria entre Jackson e seu parceiro artístico Gordurinha[12]. Para Ana Carolina Murgel (2010), este caso

[10] Informações retiradas do dicionário Cravo Alvim. Disponível em: https://dicionariompb.com.br/artista/lina-pesce/> . Vestígios da trajetória de Lina Pesce, também aparecem no artigo "A canção no feminino: Brasil, século XX" de autoria da pesquisadora Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel.

[11] Referências à Dilú Mello aparecem no artigo "A canção no feminino: Brasil, século XX", de autoria de Ana Carolina Arruda de Toledo Murgel, e no livro "O canto das Rainhas: o poder das mulheres que escrevem a história do samba", do jornalista Leonardo Bruno, mas curiosamente não encontrei registros dessa artista no Dicionário Cravo Alvim.

[12] Os dados biográficos e artísticos de Jackson e Almira refletem bem a polêmica que os cerca. Sobre Almira Castilho, veja em: https://dicionariompb.com.br/artista/almira-castilho/> Sobre Jackson do Pandeiro, veja em: https://dicionariompb.com.br/?s=jackson+do+pandeiro&asp_active=1&p_asid=1&p_asp_data=1&current_page_id=85331&qtranslate_lang=0&filters_changed=0&filters_initial=1&asp_gen%5B%5D=title&customset%5B%5

demonstra bem como o poder de criação das mulheres era questionado ou limitado todas as vezes que elas ousavam afastar-se dos redutos destinados à sua atuação. O jornalista Leonardo Bruno (2021) conta uma passagem da história de Dona Ivone Lara que ilustra bem esta questão, e se passa nos anos 1950. Num passeio a Paquetá, Vani, uma das baianas, amiga de Dona Ivone, desencontrou-se do filho e acabou tomando uma outra barca para chegar à ilha. No caminho compôs um partido alto sobre o ocorrido e que acabou fazendo sucesso entre alguns. membros da quadra do Império Serrano também presentes no passeio. Algum tempo depois, Vani ouviu, não apenas seu partido tocando no rádio como o locutor dando a seu marido e compadre os créditos pela autoria. Ao tomar satisfação sobre o caso, o cônjuge a teria respondido "*Você não sabe andar na cidade. Para ser autor é preciso assinar muitos papeis, para mulher não dá, não dá mesmo"* (p.202-203).

Para além das subtrações autorais e apagamentos, havia uma forte cobrança relacionada à moralidade das mulheres, sobretudo as envolvidas no mundo artístico. Aracy de Almeida (1914-1988), boêmia de carteirinha e com passe livre em bares e boates, assumiu sem medo a persona da "malandra bom vivant". Apesar do reconhecimento e carreira consolidada, seus trejeitos, comportamentos e profundo envolvimento com o mundo masculino incomodavam a ponto de a sexualidade da cantora ser objeto de questionamento por parte da sociedade (Bruno 2021, p.45-46)

Dolores Duran (1930-1959), Elizete Cardoso (1920-1990) e Maysa (1936-1977), que juntas formam a trinca de vozes femininas mais conhecidas do samba-canção, subgênero de característica mais melodiosa e letras carregadas no romantismo, na arte do sofrer e na superação, que fez grande sucesso na década de 1950, também precisaram lidar com os julgamentos e exigências da opinião pública que continuava pautando a atuação das mulheres para além da vida doméstica.

Dolores Duran, foi estrela do cancioneiro brasileiro e assim como Aracy de Almeida, grande apreciadora da vida boêmia, viveu pouco, porém intensamente e na mesma medida de suas composições que falavam das dores de amar, da resiliência, mas também celebravam a vida. Para Heloisa Buarque de Hollanda (2022), seu maior feito foi firmar-se compositora em um meio tão hostilmente masculino quanto aquele

D=artistas_dir_ltg&customset%5B%5D=personalidad_dir_ltg&customset%5B%5D=grupos_dir_ltg&customset%5B%5D=termos_dir_ltg&customset%5B%5D=instrumentos_dir_ltg>

em que estava inserida (p. 147-148), onde a imagem da mulher transitava entre a angelitude e pureza da “rainha do lar” e a suposta devassidão daquelas que ousavam ultrapassar a barreira dos costumes (Murgel, 2010, p.16).

Elizete Cardoso, conhecida pelas alcunhas de “a Enluarada”, “a Divina” e “a Magnífica” dada a singularidade de suas interpretações, apesar de dedicar-se bastante a outros ritmos, gravou em 1965 o disco “Elizete sobe o morro”, emprestando sua visibilidade ao samba e a compositores como Cartola e o jovem Paulinho da Viola. Embora tenha sido bastante feliz nessa primeira empreitada, anos mais tarde foi duramente criticada por conta de uma de suas mais emblemáticas gravações do gênero. Fingindo embriagues, “a Mulata Maior” caprichou na interpretação do samba “Eu bebo sim”, de autoria João do Violão e Luiz Antônio”, chocando parte da sociedade que não digeriu bem a ideia de uma mulher incentivando o consumo ao álcool (Bruno, 2021, p.321). Os casos de Aracy de Almeida, Dolores Duran e Elizete Cardoso demonstram que, para além do privado e mesmo no universo das interpretações havia limites considerados intransponíveis para as mulheres.

Já Maysa encontrou na música a melhor forma para se expressar em uma sociedade que fazia das mulheres suas principais vítimas e algozes enquanto insistia incansavelmente em limitar a atuação feminina ao recôndito do lar. Casou-se pela convencionalidade que sua condição social exigia, mas de acordo com Hollanda (2022), logo entediou-se, tanto da vida de casada, quanto dos impedimentos em função dela. Quando finalmente conseguiu gravar seu primeiro disco, o fez totalmente com canções próprias que falavam diretamente ao universo feminino e beiravam a autobiografia. Seu talento incontestável e o sucesso avassalador não foram suficientes para afastá-la de críticas mordazes em relação a sua conturbada vida pessoal que incluiu um divórcio, várias tentativas de suicídio e flertes com o álcool. Situações que fizeram de sua intimidade um prato cheio para tabloides sensacionalistas da época (p. 148-149).

Para a socióloga Maria Ângela D’ Incao (2017), já no século XVIII resistia, em consequência da introdução de valores e comportamentos oriundos da mentalidade burguesa europeia, uma espécie de lógica romantizada que destinava as mulheres a total subjugação de seu sexo através do matrimônio e da maternidade, estratégia que indiretamente forçava-as numa constância a gravitarem em torno de uma figura

masculina central (pai, irmão mais velho, marido etc.) que além de detentor legal e costumeiro do espaço público, era também validador social da moral feminina (p.223-240). No conjunto da música popular brasileira, mas especialmente no samba, Leonardo Bruno (2021) promove uma análise que muito nos interessa ao detectar o peso dessa mesma presença paternalista denunciada por D' Incao (2017), nas trajetórias artísticas de Alcione, Beth Carvalho, Clara Nunes, Dona Ivone Lara, Elza Soares, Leci Brandão, dentre outras.

Heloisa Buarque de Hollanda (2022) e Ana Carolina Murgel (2010; 2018) estendem essa mesma observância a outros departamentos da arte e cultura brasileira, demonstrando como o tratamento dado às suas pioneiras ao longo do século XX foi permeado por leituras machista e muitas vezes misóginas, que afastavam as mulheres do reconhecimento de seu protagonismo, mesmo quando alcançavam o sucesso.

Os casos de Clara Nunes, Clementina de Jesus e Elza Soares reforçam esta noção por diferentes ângulos. Ao mesmo tempo em que Clara Nunes apresentava ao mundo seu indiscutível talento, tinha seu protagonismo sempre atribuído a tutela de seus produtores e seus dotes físicos bem destacados. Clementina de Jesus, herdeira de uma tradicionalidade quilombola que enriqueceu sua relação com o samba, e para artistas como Beth Carvalho, influenciou a cadência do canto brasileiro, tinha sua genialidade constantemente atrelada a figura de seu produtor Hermínio Bello de Carvalho, através do qual a opinião pública insistia em construir sua imagem. Já Elza Soares teve sua vida pessoal e carreira quase destruídas a partir do momento que tornou público seu envolvimento com o jogador Garrincha, com quem viveu de maneira bastante instável e apaixonada por mais de duas décadas (Bruno, 2021).

A década de 1970 trouxe novos ares, porém ainda intoxicados pela vigilância ditatorial e pelo embalo político- ufanista do "Brasil, ame-o ou deixe-o". Uma nova onda de valorização do samba e a maior presença de cantoras de sucesso a exemplo de Elis Regina, Elza Soares, Gal Costa, Maria Bethânia, Marlene, Ângela Maria e tantas outras, abre portas para novos nomes. Contudo, a indústria fonográfica como um todo ainda era comandada por homens, além disso existia a crença de que as cantoras vendiam menos porque o público consumidor de música era relativamente feminino e "elas gostavam mesmo era de comprar discos de homens". Foram os

primeiros passos daquelas que abriram portas e caminhos, o relativo sucesso autoral de Maysa no samba canção, a originalidade de Clementina de Jesus, a eloquência e garra de Elza Soares, o brilhantismo e a resiliência de Dona Ivone Lara e mais tardiamente o reconhecimento Clara Nunes (primeira mulher a superar a marca de 400,000 cópias vendidas com seu álbum “Alvorecer”, lançado em 1974), Alcione, Beth Carvalho e Leci Brandão como sambistas do alto escalão, de fato, que aumentaram o interesse dos produtores e que aos poucos foi virando o jogo para o lado delas em definitivo (Bruno 2021, p.165).

Essa nova safra dos anos 1970 inclui o nome de Geovana, cantora e compositora com mais de 300 canções, e sucessos gravados por Clara Nunes, Martinho da Vila e Grupo Fundo de Quintal. Geovana, na verdade, é codinome de Maria Teresa Gomes, filha de pai senegalês e mãe mineira, atribui a essa mistura sua forma de cantar e fazer música. No final da década de 1960 integrou as afamadas rodas de samba do Teatro Opinião e em 1971 venceu a segunda Bienal do Samba[13], concurso realizado pela Record, em São Paulo, com a música “Pisa nesse chão com força”, gravada por Jair Rodrigues no mesmo ano e cujo trecho dá “boas-vindas” a leitura deste capítulo.

O talento de Geovana e a conjuntura propícia em relação ao bom desempenho em vendagens de cantoras sambistas abriram portas para que em 1975 ela conseguisse gravar seu primeiro álbum, “Quem tem carinho me leva”. De acordo com seu verbete na Enciclopédia Itaú Cultural, a música que dá título ao álbum, fez grande sucesso, sobretudo nos bailes de samba-rock, e seu refrão ousado, “Gosto de fazer amor/quem tem carinho me leva”, desafiou os limites da censura e da moralidade da época. Sua participação no documentário “Partideiros” de 1978, flagra a escassa participação feminina no miolo do universo sambista carioca, apesar da respeitabilidade de nomes como os de Dona Ivone Lara, Clementina de Jesus e Beth Carvalho.

Na década seguinte, surge a dama Jovelina Pérola Negra (1944-1998), nascida em Botafogo, passou a maior parte de sua vida, entretanto, em Belford Roxo,

[13] Evento realizado em São Paulo, como reação à exclusão do samba dos principais festivais de canção do país. Nei Lopes e Luiz Antônio Simas citam apenas a primeira edição no Dicionário da História Social do Samba (2025, p. 41). Porém, em depoimento à Enciclopédia Itaú Cultural, a sambista Geovana lembra da segunda edição ocorrida em 1971 e da qual foi vencedora.

município da Baixada Fluminense. Nos anos 1980 participou do famoso Pagode da Tamarineira, juntando-se a geração de sambistas que revitalizou o pagode carioca com traços de improviso e partido alto. Apesar desse momento de renovação ter sido capitaneado por homens, Jovelina se consagrou a partir dele como “Rainha do Pagode”. Em 1985, participou da coletânea “Raça Brasileira”, juntamente com Elaine Machado, Zeca Pagodinho, Mauro Diniz e Pedrinho da Flor, onde interpretou dois daqueles que seriam seus grandes sucessos, “Feirinha da Pavuna” e “Bagaço da laranja”, esta última, composição de sua autoria. O Dicionário Cravo Alvim da Música Popular Brasileira descreve sua curta, porém intensa trajetória através do conjunto de participações e álbuns gravados entre 1986 e 1996.

Jovelina nos deixou em 02 de novembro de 1998, aos 54 anos e ainda que tenha partido cedo demais, deixou seu nome registrado para a posteridade do samba. As linhas restantes não dão conta de acolher outros tantos nomes que contam o andamento do protagonismo das mulheres nessa história.

> Jovelina tinha uma habilidade pouquíssimo autorizada às mulheres: era excelente versadora, ágil e inteligente, participando das rodas de improviso sem deixar cair a qualidade. Como forma de se impor naquele ambiente refratário à presença feminina, usava e abusava dos palavrões e não titubava em introduzir temas “picantes” nos versos (Bruno, 2021, p.339)

A contemporaneidade nos permitiu assistir a chegada das mulheres nos mais diversos espaços onde o samba se faz e refaz. Nas agremiações, além de musas e rainhas, elas estão gerindo, criando, compondo, comandando baterias e reescrevendo a história do samba; superando tradições carnavalesca que as colocavam em lugares específicos demais para a amplitude de suas capacidades. O Grêmio Recreativo Escola de Samba Turma da Paz de Madureira (G.R.E.S.C TPM), é a primeira e única escola do Brasil, gerida e composta apenas por pessoas que se identificam com o gênero feminino. Defendendo as cores azul, amarelo, verde, branco e tendo uma coroa como símbolo, exalta a força, o empoderamento e os interesses das mulheres. De acordo com o blog *Samba na Intendente,* permaneceu como bloco carnavalesco até 2023, quando no desfile da Super Liga, alcançou o terceiro lugar que lhe garantiu o acesso a Série Bronze e a passagem à categoria de “Escola de Samba”. Em 2024,

a TPM reeditou o enredo “Lugar de mulher é onde ela quiser”, que o G.R.E.S Império Serrano levou para avenida quatro anos antes. Apesar do ineditismo, sua página na rede social Instagram registra que, apenas em 2026, a agremiação conseguiu um espaço provisório utilizado como quadra e onde também são promovidos encontros e projetos socioculturais, sempre ligados ao samba e à representatividade feminina.

As tradicionais rodas de samba também não ficam de fora desses novos tempos e o *Samba que elas querem*, é prova disso. Formado por oito integrantes, todas mulheres, o grupo está na ativa desde 2018. Em entrevista concedida ao *Midia Ninja,* elas explicam que apesar de não serem pioneiras, consideram o sucesso das rodas organizadas pelo grupo como mais um incentivo para que outras mulheres se sintam encorajadas a adentrar o mundo ainda muito machista do samba. Além disso, a resposta positiva do público em relação a releituras de clássicos como *Mulheres*[14]*,* feita por Doralyce e Silvia Duffrayer (esta última, integrante do grupo), demonstra o caráter também político que essa nova fase assume.

Marca igualmente o momento auspicioso onde, com mais intensidade as mulheres tomam posse de espaços e jogos de narrativas que até bem pouco tempo e, no âmbito da música brasileira, foram determinantes, sobretudo, quando “oportunamente” as opressões e privilégios patriarcais mostraram-se presentes. Questões sutis ou evidentes que positivavam o racismo e a violência contra o corpo e a subjetividade feminina reforçando a desigualdade nas relações entre homens e mulheres, e neste ponto, letras como *Ai! Que saudade da Amélia, Faixa Amarela* e *Se eu largar o freio*[15]*,* são exemplo relativamente recentes dessas problemáticas que iniciativas como o *Samba que elas querem,* buscam superar.

[14] Composta originalmente por Toninho Geraes, a música fez grande sucesso no ano de 1995, na voz do sambista Martinho da Vila. Parte da versão composta por Doralyce e Sylvia Duffrayer, consta na epígrafe do capítulo 3 desta monografia.

[15] Ai! Que saudade da *Amélia,* composta por Ataulfo Alves e Mario Lago, fez sucesso na década de 1940. Descreve as lamentações de um homem que compara sua atual companheira com Amélia, segundo ele, “mulher de verdade” por ser abnegada, sem vaidades e perspectivas; *Faixa Amarela, foi* composta por Zeca Pagodinho (que também a interpreta no álbum *Hoje é dia de festa)*, Beto Gago, Jessé Pai e Luiz Carlos. Num dos trechos da música, encontramos a seguinte afirmação: “Mas se ela vacilar, vou dar um castigo nela. Dá-lhe uma banda de frente, quebrar cinco dentes e quatro costelas”; já a composição, *Se eu largar o freio,* fez grande sucesso na voz do cantor Péricles. Composta por Carlos Caetano, Claudemir e Marquinho, a letra descreve o desgaste de um relacionamento onde o homem se diz insatisfeito pela dificuldade de sua companheira em arcar sozinha com as responsabilidades da casa onde ambos residem.

Desde 2024, o dia 13 de abril é dedicado à celebração das mulheres sambistas, data escolhida em homenagem à grande dama Ivone Lara, que aniversariava neste mesmo dia. A Lei 14834/24, sancionada no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visa promover a visibilidade e o reconhecimento dos talentos, habilidades e contribuições de mulheres ligadas ao universo da arte e da cultura através do samba.

É preciso reconhecer, entretanto, que a data em si marca de forma protocolar, um fenômeno bem anterior a sua instituição. Como demonstrado acima, as mulheres vêm se organizando formal ou informalmente para ocupar esse espaço e de maneira bastante gradativa. O *Movimento das mulheres sambistas,* coletivo carioca que atua, desde 2019 para "consolidar conquistas, ocupar espaços e construir um legado coletivo, promovendo o protagonismo feminino em toda a cadeia produtiva do samba, nas ruas, nos palcos e nas redes", é prova disso. De acordo com reportagem jornalística do *Alma Preta,* neste ano de 2026, o coletivo deu mais um passo importante ao fundar sua sede chamada de *Casa da Mulher Sambista,* na região central do Rio de Janeiro, local onde são desenvolvidos projetos culturais voltados para a capacitação, valorização e visibilidade de mulheres ligadas ao samba e suas futuras gerações.

Este longo capítulo objetivou apresentar uma pequena parcela dessas inúmeras contribuições e formas de resistência a partir do talento e da genialidade feminina no campo da música, que vem sendo reveladas por pesquisadoras e pesquisadores das mais diversas áreas, dentre elas, os estudos de gênero e interseccionalidade. E pensando no valor destas contribuições, entendemos que as informações geradas a partir delas não devem ficar retidas em compêndios, artigos e teses, elas precisam fluir, ainda que no contrafluxo das negações, para outros patamares e níveis educacionais, fomentando pedagogias engajadas e práticas revolucionárias que ousem destituir parâmetros que ainda reverberam vícios e relações assimétricas prejudiciais à formação dos indivíduos e à compreensão dos sentidos da democracia a partir da ação educadora, como bem nos legou bell hooks (2020, p.38-51)

5. SAMBA, GÊNERO E EDUCAÇÃO: REFLETINDO SOBRE AS POSSIBILIDADES DE LETRAMENTO DE GÊNERO E ENSINO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

“Deixa comigo, deixa comigo

Eu seguro o pagode e não deixo cair, é

Sem vacilar, sem me exibir

Só vim mostrar o que aprendi”

(Jovelina Pérola Negra, 1987)

Neste momento, em que a educação torna-se mais uma arena de disputa em função de discursos neoliberais que buscam a “otimização da vida humana” associada a um conservadorismo de ideias e comportamentos que atribui ao conjunto tradicional familiar heteronormativo a significância que respalda sua narrativa de ideologia de gênero (Furlani, 2022; Segat, Vieira e Caetano, 2025), não podemos esquecer que, como educadores e agentes mobilizadores, precisamos estar conscientes de que nossas práticas não se constroem na neutralidade, mas sim a partir de nossas percepções, experiências e teorizações forjadas no dia a dia e na convivência, dentro e fora da bolha social da qual fazemos parte.

E se a família, como instituição, é uma das responsáveis por nossos primeiros momentos de socialização, cabe à escola, igualmente em sua função social, aproximar os sujeitos promovendo o bem viver e o acolhimento às diferenças; também prepará-los para a vida cidadã de forma autônoma ao ponto que sejam capazes de se reconhecerem no outro e na luta por direitos e deveres comuns. Esta caminhada, entretanto, é perpendicular a um conjunto de normas, valores e comportamentos que, apesar de revestidos no comprometimento e segurança à boa convivência, na verdade, reforçam estigmas, estimulam preconceitos e deslegitimam atores sociais que surgem conforme novas demandas e formas de existir se apresentam (Louro, 1997; Junqueira 2013, Nunes, 2024).

Outro ponto sensível deste processo diz respeito a exposição às mais diversas formas de violência, cada vez mais frequentes na vida dos sujeitos em fase de desenvolvimento. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026, aponta dados

preocupantes ao revelar o “quadro de agravamento de praticamente todas as formas de violência” contra crianças e adolescentes analisadas. Indica ainda que, a depender da faixa etária, essas formas de violência seguem padrões distintos.

Por exemplo, no caso de violações não letais relacionadas ao exercício do cuidado, as crianças e adolescentes entre 5 e 13 anos são as mais atingidas, revelando o lar como um espaço de convivência e acolhimento, mas também como lócus de violência, sendo algumas dessas experiências, inclusive, normalizadas pelo costume (2026, p.244-246). Os episódios a que são acometidos desde muito cedo, dentro e fora de casa, não apenas marcam suas trajetórias como também estimulam a reprodução de comportamentos violentos e de risco em outras fases de suas vidas. Quanto a violência sexual, o Anuário informa que, “três em cada quatro vítimas de estupro e estupro de vulnerável registradas no país eram crianças ou adolescentes”, faixa etária que corresponde a 76,6% de todos os casos registrado em 2025. Refinando a análise, percebe-se que as maiores taxas desses casos englobam principalmente sujeitos entre 10 a 13 anos, e que:

> [...] o estupro de crianças e adolescentes permanece fortemente associado às relações de confiança e ao ambiente doméstico. É preciso que fique muito claro: em sua ampla maioria, os autores de violência sexual são pessoas conhecidas da vítima, frequentemente pertencentes ao círculo familiar ou responsáveis por seu cuidado, circunstância que contribui para a subnotificação, dificulta a revelação precoce dos abusos e prolonga o ciclo de violências (Bueno e Lima 2026, p. 255).

“Redemoinho em dia quente”, é o título da coletânea de contos sobre as vivências de meninas e mulheres da região do Cariri, em Juazeiro do Norte, Ceará. Publicado em 2019 pela escritora cearense Jarid Arraes, captura tanto as efemeridades quanto complexidades e traumas experienciados pelas personagens-moradoras de cada história. Ao final da ávida, porém, em alguns momentos, difícil leitura, percebi que a coletânea mais parecia uma longa colcha de pequenos retalhos, todos muito bem interligados e pelos quais traçou-se um panorama do que é ser menina/mulher, seja no Ceará, seja no Rio de Janeiro onde me situo ou em qualquer outro lugar. Quase a mesma colcha feita por minha tia Eugênia, com retalhos de roupas e antigas memórias de outras conhecidas e familiares minhas, e com a qual

fui presentada quando ainda era uma jovem menina cheia de sonhos prontos para serem desfeitos; tal qual Juliana e sua irmã que, em um dos contos de autoria de Jarid, dividiram o tempo da infância e adolescência e as angústias da violência sexual não compreendida num “Telhado quebrado com gente morando dentro”; tal qual, Marcielle e Claudinha, irmãs, amigas e cúmplices de um crime perfeito, que em “Manas”, filme lançado em 2024, tentou retratar as fugas, sonhos e infâncias roubadas desde muito cedo de meninas e mulheres marajoaras. O que o livro de Jarid Arraes, a produção cinematográfica dirigida por Mariana Brennand e os dados apresentados pelo Anuário 2026 têm em comum, além da mimetização entre arte e vida? A violência como presença marcante no cotidiano de meninas e mulheres, personagens ou não, que desde muito cedo têm nos sujeitos que deveriam protegê-las, a figura do algoz abusador.

Refletir o impacto da decolonialidade de saberes e a radicalização de práticas docentes alinhadas ao antirracismo, ao letramento de gênero e a eliminação de outras formas de discriminação é um convite ao primeiro passo para aqueles que desejam romper com lógicas e comportamentos hierarquizantes e reprodutores de estereótipos e violências. Para bell hooks (2017), esse rompimento é uma virada de chave necessária, mas incômoda e por isso nem todos os professores estão dispostos a passar por ele. Ao conceder espaço para que novos e diferentes sujeitos e suas subjetividades se apresentem, surge também a insegurança e a legítima sensação de perda de controle do espaço da sala de aula, sobretudo para os mais apegados a modelos de ensino depositários ao estilo do que denunciou Paulo Freire (2014). Ensejando fomentar e jamais esgotar o debate em torno do assunto, trago três propostas que inspiram e auxiliam nesse difícil, porém, necessário processo de reorganização do pensamento em relação ao impacto do currículo formal e oculto e a forma como são trabalhados em sala de aula, mas igualmente a respeito da necessidade de um espaço educativo onde as aprendizagens se voltem também para as instrumentalizações do dia a dia, para que crianças e adolescentes se reconheçam como sujeitos iguais de direito e igualmente capazes de reconhecer situações de violência e desrespeito contra si mesmo e contra o outro.

A recente republicação de “Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola”, carrega a certeza de que, apesar de todos os desafios que se apresentam em relação aos limites impostos a partir do cotidiano escolar, a introdução do

letramento de gênero se faz necessária caso o objetivo seja, de fato, educar para a democracia e a diversidade. De acordo com Auad (2026), as formas a partir das quais as relações de gênero se constroem em nossa sociedade, produzem desigualdades porque as naturalizações que determinam quais papeis serão representados por meninas e meninos, homens e mulheres, são na verdade, produtoras de hierarquizações que tendem afastar, ainda nos primeiros momentos de socialização, meninos e meninas da boa convivência e aceitação mútua. Reforça ainda que, a própria escola como instituição, acaba ratificando muitas dessas hierarquizações, porém não está sozinha neste contexto, já que a família contribui em larga medida nos processos constitutivos dos indivíduos (p. 53-68).

Contudo, esses pequenos sujeitos não são meros receptáculos de outras imposições tendendo, em muitos casos, a reagir ou recusar certos roteiros e aprendizagens em relação ao que é masculino e feminino causando estranhamentos e tensões, tal como afirmam Felipe e Guizzo (2022). Auad (2026) aposta então em uma mudança radical que parte das esferas públicas de poder para alcançar em cheio o interior e o dia a dia das escolas. Segundo a autora, a proposta coeducacional, diferentemente do modelo misto que temos na atualidade, visa questionar determinadas imposições de papeis justamente a partir da gestão das relações de gênero e da contestação de determinadas práticas que apesar de danosas são consideradas comuns no cotidiano escolar, à guisa de exemplo temos a chamada “pedagogia do armário” denunciada por Junqueira (2013).

As orientações apresentadas por Auad partem da reorganização do espaço escolar, da atenção a práticas e condutas inerentes a este espaço e do envolvimento das mais diversas esferas do poder público, além do comprometimento por parte dos sistemas educacionais e dos profissionais da área num movimento de grande mudança de perspectivas, sobretudo em relação ao letramento de gênero. Ciente da enormidade do processo, a autora inclui a legislação, os currículos oficiais e ocultos, os livros didáticos, a formação e capacitação docente, as interações e paridades entre professoras/es e alunas/os, como tópicos que precisam ser revistos e sensibilizados no tocante às dimensões do pleno alcance do modelo coeducacional proposto por ela.

Encerra defendendo que essa profunda movimentação que exigiria a coeducação, seria um caminho para assegurar a existência de práticas mais

igualitárias e menos centradas nas relações de gênero tradicionais que colocam o masculino de um lado e o feminino do outro, criando categorizações tão rígidas ao ponto de inferiorizar tudo mais que se distancie da heteronormatividade e conclui afirmando que:

> A escola, para que haja aprendizado, interfere nas hipóteses das crianças sobre os conhecimentos matemáticos, científicos e linguísticos. Da mesma maneira, há que se intervir nos conhecimentos relativos às relações de gênero, às relações étnico-raciais, geracionais e de classe, para que as discriminações e desigualdades acabem (Auad 2026, p.87)

Além do gênero, a raça é outro marcador social que nos permite identificar processos de exclusão e marginalização de sujeitos a partir do ambiente escolar, tal como demonstrado por Costa, Martins e Silva (2020). Interessada no impacto da racialidade sobre as formas de controle do ser/existir dos sujeitos da educação está o trabalho de Pinheiro (2023), que apresenta caminhos decoloniais para a superação do racismo e outras formas de opressão e silenciamentos no cotidiano das escolas. A partir de contextualizações histórico -sociais e muita troca de experiência a autora explicita, como, a depender de determinadas práticas, comportamentos e tomadas de decisões, a escola pode tornar-se um espaço tóxico e opressor ou um ambiente perene, humanizante, de socialização saldável e validador de identidades.

Faz isso como um convite ao despertar para uma longa e dolorosa jornada para o alcance da postura antirracista que inclui um autoexame de nossos comportamentos e práticas comuns, dentro e fora do espaço escolar, e em relação ao lugar, de privilégios ou não, que ocupamos nesta sociedade. Cruzando dados históricos, revela como a educação foi implementada no Brasil a partir de bases excludentes e racista que impediram o acesso de pessoas não brancas ao conhecimento, mesmo depois do fim da era escravagista que perdurou até 1888, porém estendendo-se no inconsciente social por muito mais tempo (Pinheiro 2023, p.75-81)

Finda esta etapa, Pinheiro (2023), nos apresenta a experiência da Escola Maria Felipa, da qual é fundadora, com unidades em Salvador, Bahia e Rio de Janeiro, capital. O projeto desenvolvido por Bárbara Carine Pinheiro e sua equipe gestora e pedagógica é inteiramente baseado nos processos de decolonialidade e na postura antirracista dos sujeitos e do conhecimento, além de mostrar-se perfeitamente

aplicável e em consonância com as diretrizes e parâmetros legais que regem a educação brasileira. Por outro lado, expõe uma lacuna que, para os objetivos desta monografia nos interessa apontar porque diz respeito à formação inicial e continuada dos profissionais da área (2023, p.97-129).

Encorpando as opções de referências, cabe aqui menção ao livro *Festas Populares no Brasil* (2024). Publicado originalmente em 1987 por Lélia Gonzalez, este volume reeditado apresenta um riquíssimo levantamento a respeito da cultura brasileira em suas diversas manifestações. Entre carnavais, festas juninas, cavalhadas, folias de reis, bumbas meu boi etc., a autora demonstra como, ao serem transplantados do Velho Mundo para o Brasil, esses festejos e folguedos foram absorvendo também influências de povos autóctones e aqui chegados através da diáspora forçada. Este processo descrito em diversos momentos e classificado por Lélia como "interinfluência", ocorreu a partir das camadas mais populares e permitiu da mesma forma que, contornos de resistência ao apagamento de antigas tradições fossem assumidos, sobretudo por parte de povos africanos, indígenas e seus descendentes. A partir daí, a autora questiona as classificações em relação ao que era, de fato, considerado cultura e a todas as outras representações consideradas como folclorização. Criticando tal termo, Gonzales faz questão de nos lembrar que a negação das peculiaridades e riquezas diversas contidas na cultura afro-brasileira, foi marca do etnocentrismo presente no pensamento social brasileiro.

> A intervenção de formas procedentes de outros modelos culturais – africano e indígenas- torna-se crucial para a compreensão da dinâmica das festas populares brasileiras. E isso sem esquecer aquelas originárias do velho paganismo (não apenas greco-romano), que também se fazem presentes. O que queremos dizer é que, na verdade, a dinâmica cultural é a grande responsável pelo estilhaçamento de classificações impostas de cima para baixo [...]. Muitas vezes, o olhar do estudioso, educado segundo as normas de sistemas ideológicos, acaba por aprisionar, por reduzir a compreensão da riqueza cultural de tais manifestações (Gonzalez 2024, p.46)

O carnaval carioca é uma boa ilustração para este caso, apesar de oriundo de tradições europeias e introduzido no Brasil através de costumes lusitanos, ao cair no gosto dos afrodescendentes e das classes menos abastadas, que mudaram a maneira de festejá-lo (Sodré, 1998; Lopes e Simas, 2025), foi execrado pela elite. Tal rejeição,

no entanto, não foi suficiente para sufocá-lo, já que se tornou importante espaço de reavivamento da cultura negra que, segundo Lélia (2024), se deu a partir da popularização do samba e pela criação das escolas e agremiações, cabendo justamente à essa comunidade negra urbanizada sua organização inicial:

> Na riqueza das manifestações do carnaval brasileiro, destaca-se o carnaval carioca, cujo modelo se impões a todo o país em função de suas escolas de samba. Estruturadas desde o fim dos anos 1920, elas constituem a extraordinária criação de grupos proletários negros que, desde o início do século passado, já faziam seu carnaval ao som do samba pelas ruas da cidade, que se urbanizavam e mudava de cenário (Gonzalez 2024, p.50)

Em síntese, alinhando as duas experiências pedagógicas e o levantamento apresentados neste capítulo, podemos afirmar que tanto as vivências e aprendizagens construídas a partir de um "projeto pedagógico baseado em potências culturais" e antirracistas como o posto em prática na Escola Maria Felipa (Pinheiro 2023), bem como, o leque de usos e práticas possíveis em sala de aula, descortinadas a partir do levantamento sobre cultura e festas populares apresentado por Lélia Gonzales *(2024),* quanto o método coeducacional sugerido por Daniela Auad (2026) - que visa, desde os mais tenros processos de socialização a partir da escola, uma gestão das relações de gênero que busque a boa convivência, o respeito e condições igualitárias de aprendizagens e existências para todos os sujeitos - são exemplos orientadores e de viabilidade para propostas que almejem a superação de certas inflexibilidades e condutas relacionadas a práticas educativas; sempre através da decolonialidade, do antirracismo e do letramento de gênero.

No que tange à decolonialidade[16] e o antirracismo em contexto educacional, um questionamento feito com muita recorrência é aquele que diz respeito a

[16] O termo decolonialidade, mencionado inicialmente por Anibal Quijano e Immanuel Wallerstein, é parte de uma tríade conceitual que revela as engrenagens e permanências históricas, políticas e culturais que resultaram da invasão europeia às Américas a partir de 1492. De acordo com o Dicionário das Relações Étnico-Raciais, ela "denota outras formas de pensar, saber, ser e fazer que começam com atos de resistência e re-existência [...]. Implica o reconhecimento e o desfazimento de hierarquias de raça, gênero, classe, patriarcais que controlam a vida, espiritualidade e o pensamento". Seu significado serve, portanto, a epistemologias, projetos, atitudes e perspectivas que visem a superação de posicionamentos capitalistas, eurocentrados e patriarcais através da prática e reflexão.

possibilidade real de se desenvolver um modelo de educação nessas perspectivas e que realmente abranja as peculiaridades regionais deste imenso território, as pluralidades culturais e os diversos sujeitos da educação. Apesar dos muitos contextos, Silva (2001), Oliveira e Candau (2010) e Gomes (2021), afirmam que sim, ainda que precisemos reconhecer que:

> Os processos de descolonização das mentes e das práticas como ação de combate ao racismo nas sociedades é tenso e conflituoso. A educação talvez seja o espaço em que esta tensão é mais visível. Há apagamentos históricos e epistemológicos presentes nos currículos, nas propostas e práticas educacionais, tanto na educação Básica quanto no Ensino Superior, que só serão superados se o campo educacional e a produção científica compreenderem-se como espaços que precisam descolonizar-se (Gomes 2021, p.436-437)

Cabe reforçar ainda, que o fomento à essas mudanças têm relação direta com o comprometimento à formação continuada dos professores e professoras. Como apontado por Oliveira e Candau (2010), as reformas educacionais promovidas ainda nos anos 1990 e aprovação de leis como a 10.639/03 que versa sobre o ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o território brasileiro, foram imprescindíveis para esse momento de transição tão pleiteado pelos Movimentos Negros Brasileiros, intelectuais e estudiosos interessados em uma renovação epistemológica favorecedora também de conhecimentos que partem de nossas matrizes originais. A implementação da 10639/03 e depois sua complementaridade através da Lei 11645/08, que alteraram a LDB, preserva sua significância porque adiciona um tom de obrigatoriedade a essas mudanças nos currículos tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior, assim como as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, instituídas para orientar práticas pedagógicas que visem o reconhecimento à cidadania através da diversidade e inclusão de diferentes sujeitos (BRASIL, 2004; BRASIL, 2012).

Ou seja, é através da formação continuada que professoras, professores e demais profissionais da área terão também a possiblidades de atualizar seus repertórios e conhecimentos. Docentes bem formados tendem a desenvolver uma percepção mais diversa em relação a seu lugar no mundo e consequentemente

estarão mais preparados para situações em que o racismo e outras formas de opressões se façam presentes na escola. Também terão melhores condições de reverter materiais didáticos que apresentem estereótipos ou problemáticas há muito já superadas, além de desenvolver novos métodos e ferramentas de aprendizagem mais condizentes com sua atualidade (Silva 2001, p.66-67). Isso vale igualmente para os casos de constatação de hierarquizações e violências de gênero que partam de materiais didáticos, práticas e condutas consideradas comuns no ambiente escolar, porém como já reforçado anteriormente, permanecem oprimindo e/ ou deslegitimando sujeitos considerados desviantes das normas e expectativas cis heteronormativa (Auad 2026, p.41).

Para finalizar este capítulo, que como dito inicialmente, intenciona contribuir para a reflexão acerca das possibilidades de introdução de novas práticas de aprendizagens, assim como a relevância do investimento na formação, sobretudo, continuada dos profissionais da educação, faço minhas, mais uma vez, as palavras da educadora Nilma Lino Gomes:

> O trato das semelhanças e diferenças com dignidade deveria ser o eixo orientador de todos os currículos, da formação, das práticas e da competência pedagógica e acadêmica de todas e todos que se dedicam à educação e à pesquisa no Brasil. Reconhecer e respeitar o outro é mais do que um discurso moral: é um desafio e um dever político e ético de todas e todos que lutam por democracia e justiça social.
>
> [...] Se não for combatido e superado, junto com a nossa luta anticolonial, anticapitalista, antineoliberal, antifascista, antipatriarcal e antiLGBTQUIA+fobia, o racismo continuará estruturando a nossa vida social, alimentando as relações de poder e produzindo ainda mais desigualdades raciais e educacionais (Gomes 2021, p. 452-453)

6. CONCLUSÃO

Tempo e história não seguem uma linearidade, são processos espiralados onde o encontro do passado com o presente nos permite vislumbres de caminhos que possibilitem a construção de um futuro a partir da reescrita de sentenças mais equitativas e democráticas. Marc Bloch (1886-1944), ao revolucionar a ciência histórica através do movimento “Escola dos Annales”, legou para o futuro a sentença

de que não há veredito histórico definitivo. As fontes e documentos falam a partir das interrogações e habilidades do historiador em perceber e extrair o que se guarda nas entrelinhas e nos contextos históricos onde estão incluídos (2001).

Quase quarenta anos após a morte do célebre historiador, a antropóloga Lélia Gonzalez experienciou e pesquisou tanto a violência simbólica quanto a deturpação referencial do sujeito mulher negra, entendendo-o como um projeto de interesse político e servindo a uma sociedade racista, machista e capitalista que incompreendia suas demandas e as classificava a partir dos papeis de doméstica ou mulata nos respectivos contextos econômico e cultural. As trajetórias de Clementina de Jesus e Jovelina Pérola Negra (Bruno, 2021; Ribeiro, 2019), ambas empregadas domésticas antes do sucesso e reconhecimento de seus talentos, são prova disso.

Felizmente, novas pistas e vestígios levaram a análises mais aprofundadas que apresentaram um quadro social mais aproximado da real condição dessas mulheres, muitas delas oriundas de regiões periféricas (2020). Da mesma forma, forças equivalentes vêm sendo empreendidas para o devido resgate histórico, cultural e espacial, não apenas por parte das mulheres negras, mas de todas aquelas que por tanto tempo foram silenciadas ou apagadas dos registros e discursos oficiais (Del Priore 2017; Pinsky e Pedro, 2018; Santanna, 2019; Schumaher e Brazil, 2007).

Especificamente no âmbito musical, indícios, evidências e releituras cuidadosas vêm revelando uma participação concreta e genuína das mulheres para além dos processos de socialização a que foram relacionadas. Em se tratando da história da música popular brasileira, os trabalhos de Ana Carolina Arruda de T. Murgel (2010; 2018), Hanna Cavalcanti (2023) e aquele sob organização de Marilda Santanna (2019), além das publicações de Leonardo Bruno (2021), Heloisa Buarque de Hollanda (2022) e Lopes e Simas (2025), são algumas dentre as muitas provas da minuciosidade necessária para trazer à tona tantas histórias para além das apresentadas e que tomamos de empréstimos destas e de outras autoras(es)/pesquisadoras(es) citadas até aqui.

Embora os estudos de gênero tenham dissipado algumas indagações, muitas perguntas ainda permanecem sem resposta, pelo menos para nós mulheres ocidentalizadas e quase tendo que “falar em línguas”, como brilhante e poeticamente

fez Gloria Anzaldúa (2000)[17]. Dentre elas, por que mesmo após ter suas engrenagens expostas o ente patriarcado ainda coordena tão bem nossas vidas? Violências, retrocessos, desrespeito, subordinação, tutela...são situações, como vimos ao longo desse trabalho, com as quais nós mulheres, independente de classe, raça, geração, orientação sexual, territorialidade ou/e qualquer outro marcador ou indicador que possa se utilizar, precisamos lidar quase que cotidianamente e cada vez mais cedo, se pensarmos que as muitas faces da violência se fazem presentes antes mesmo dos primeiros passos de uma criança.

Ainda que os estudos críticos sobre a branquitude avancem, que através dos esforços de intelectuais, dos movimentos negros e do poder estatal o racismo seja finalmente compreendido a partir de sua face estruturante em relação a sociedade e como crime. Mesmo que, o letramento racial e o estudo das relações étnico-raciais tenham se tornado objetos de análise também em relação à formação inicial e continuada dos docentes, e que as contribuições de Patricia Hill Collins (2021) e Carla Akotirene (2019), a respeito do conceito de interseccionalidade tenham possibilitado a vista de avenidas onde se encontram opressões que, aliadas ou não ao racismo, impactam os sujeitos diferentemente, pessoas negras ainda são maioria na base da pirâmide social onde os direitos são escassos e a cidadania passa longe. Para Sueli Carneiro (2011), não há coincidência nesse sentido, existe sim, tal como detectado por Lélia Gonzalez (2020) um projeto muito bem organizado que insiste em coloca os sujeitos e sujeitas, negros e negras, até hoje, em lugares de rebaixamento, escassez e discriminação.

Penso que, uma dentre as muitas formas de conscientização destes processos é justamente o resgate dessas subjetividades e narrativas outrora ignoradas pelos discursos oficiais. Que façamos isso através da educação, da arte, da música e sempre buscando uma ampliação temporal também a partir do prisma feminino. Este movimento nos permite corrigir desvios históricos, além de assinalar protagonismos e contribuições legítimas por tanto tempo negados às mulheres. Mas sobretudo, cria possibilidades para que, em se tratando de letramento racial e de gênero no âmbito da Educação Básica, essas histórias sejam base inspiradora para o desenvolvimento

[17] "Falando em línguas: uma carta as mulheres escritoras do terceiro mundo" de autoria da teórica feminista e ativista Gloria Anzaldúa (1942-2004)

de projetos, práticas e ferramentas pedagógicas que contribuam para um modelo educacional de fato decolonial, diverso, antirracista e democrático.

REFERÊNCIAS

Al! Que saudade da Amélia. Intérprete: Ataulfo Alves. Compositores: Ataulfo Alves, Mario Lago. In: **Ataulfo Alves e suas pastoras.** Intérprete: Ataulfo Alves. [S.l]: Imperial, 1969. 1 streaming (2min.48). Disponível em: https://music.youtube.com/watch?v=zEjQl9PZZ-s&list=OLAK5uy_nTyer_Yk5KCZQQOK5FVY3WSxReJADB3ec> Acesso 20 de out. 2026

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019 (versão Digital). 113p.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Vida privada e ordem privada no Império.** In: **História da vida privada no Brasil: Império.** Org: Luiz Felipe Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.12-93

ALGUÉM me avisou pra pisar nesse chão devagarinho. Intérprete: Ivone Lara. Compositora: Ivone Lara. In: Sorriso negro. Intérprete: Ivone Lara. [S.l.]: Rio de Janeiro, Warner Music Brasil, 1981. Faixa 2. 1 Streaming (2min.35). Disponível em: https://music.youtube.com/watch?v=2KAOsDvcUuE&list=OLAK5uy_kGDJf7qmBpVbYdYhXaGrz_gQaCkH3LQ-E> Acesso 14 de out. 2026

ALVES, Tássia Gimenes. **Vai dar samba: o discurso amoroso do samba e a posição-sujeito mulher.** 2014, 114p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Federal Fluminense, Niterói/ Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/10149> Acesso 28 de jul. 2026

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2026 / **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** 2026. São Paulo: FBSP, 2026. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/07/anuario-2026.pdf> Acesso 11 de set. 2026

ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.** Revista Estudos Feministas, 8(1), 1º semestre, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106> Acesso 14 de out. 2026

ARRAES, Jarid. **Redemoinho em dia quente.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2019. 127p.

AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2026. 92p.

AUAD, Daniela; SILVA, Janaina Guimarães da Fonseca e; ROSENO, Camila dos Passos. **Gênero na educação Básica Brasileira: A inconstitucionalidade de projetos proibitivos.** EDT – **Educ. Temat. Digit.,** Campinas, v. 21, n. 3, p. 568-586, jul. 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8654669/20990> Acesso 06 de mai. 2026

BAIRROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados.** Revista Estudos Feministas, Ano 3, segundo semestre 1995. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-

content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf> Acesso 28 de jul. 2026

BATALHA, Marta. **A vida invisível de Eurídice Gusmão.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 188p.

BENTO, Cida. **O pacto do branquitude.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148p.

BERNADINO-COSTA, Joaze. **Decolonialidade.** In: **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas.** Org: Flávia Rios, Marcio André dos Santos, Alex Ratz. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 99-104

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador.** Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 159p.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece **as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso 27 de ago. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº3, de 10 de março de 2004.** Institui **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana> Acesso 13 de jul. 2026

BRASIL. **Lei 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o **Estatuto da Igualdade Racial;** altera as Leis nº7.716, de 05 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347 de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 de jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm> Acesso 13 de jul. 2026

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. Resolução nº1, de 30 de maio de 2012. Estabelece **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.48, 31 de maio de 2012. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/normas-classificadas-por-assunto/direitos-humanos-cne> Acesso 11 de set. 2026

BRASIL. **Lei 14.834, de 04 de abril de 2024.** Institui o Dia Nacional da Mulher Sambista. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14834.htm> Acesso 20 de out. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº470, de 14 de maio de 2024. **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola**. PNEERQ. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq> Acesso 13 de jul. 2026

BRUNO, Leonardo. **Canto das rainhas: o poder das mulheres que escreveram a história do samba.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 2021. 415p.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011 (versão digital), 268p.

CAVALCANTI, Hannah da Cunha Tenório. **Memória cultural, música popular afro-brasileira e gênero: as mulheres no samba carioca.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da linha de pesquisa Memória e Espaço, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/13937/Tese%20152%20-%20HANNAH%20DA%20CUNHA%20TEN%c3%93RIO%20CAVALCANTI.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso 11 de set. 2026

CAVALCANTI, Maria Clara Martins. **A cor e o corpo: uma história feminista do samba e do carnaval no Rio de Janeiro.** 2021, p.191. Dissertação (Mestrado em História, na área de História Cultural). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2021. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/VisualizadorPdf?codigoArquivo=593032&tipoMidia=0> Acesso 28 de jul. 2026

COLLINS, Patricia Hill. **Entrevista com Patricia Hill Collins.** Coordenação: Nadya Araújo Guimarães. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v.33, 1. Jan - Apr 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/ts/pt_BR/article/view/174340/170979> Acesso 06 de mai. 2026

COLMEIA 22. Mulheres versão Doralyce e Sylvia Duffrayer. 08 de mar. 2018. 1 vídeo (3min.26). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=klnlPtOaqSs> Acesso 15 de out. 2026

CORTÊS, Iáris Ramalho. **Direito: a trilha legislativa da mulher.** In: **Nova história das mulheres no Brasil.** Org: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. 1ª ed. 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2018, p.260-285

COSTA, Aline Pereira da; MARTINS, Carlos H. dos Santos; SILVA, Heloise da Costa. **Necroeducação: reflexões sobre a morte do negro no sistema educacional brasileiro.** Revista Brasileira de Educação. v.25. e250043, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8dCVDDgWxGdykbWLxXWfWbz/?lang=pt> Acesso 30 de ago. 2026

COUTO, Guerra. 7ª – Turma da Paz de Madureira/ Série Bronze /Carnaval 2024. **Blog Samba na Intendente.** 05 de fev. 2024. Disponível em: http://sambanaintendente.blog/2024/02/05/7a-turma-da-paz-de-madureira-serie-bronze-carnaval-2024/amp/> Acesso 20 de out. 2026

DEL Priore, Mary. **História das mulheres no Brasil.** Org: Mary Del Priore. 10ª ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. 678p.

DEL Priore, Mary. **Feminismos no plural.** In: **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil de 1500 a 2000.** São Paulo: Planeta, 2020, p.226-232

D'INCAO, Maria Ângela. **Mulher e família burguesa.** In: **História das Mulheres no Brasil.** Org: Mary Del Priore. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2017, p223-240

DORING, Katharina. **Dona Nicinha de Santo Amaro e Dona Zelita de Saubara: matriarcas negras do Recôncavo Baiano.** In: **As bambas do samba: mulher e poder na roda.** Org: Marilda Santanna. 2ª ed. Salvador: EDFBA, 2019, p.17-49

EVARISTO, Conceição. **A noite não adormece nos olhos das mulheres.** In: **Poemas da recordação e outros movimentos.** Rio de Janeiro: Malê, 2021, p. 26.

FAIXA amarela. Intérprete: Zeca Pagodinho. Compositores: Beto Gago, Jesse Pai, Luiz Carlos e Zeca Pagodinho. In: **Hoje é dia de festa.** Intérprete: Zeca Pagodinho e Deni de Lima. [S.l]: PolyGram, 1997. 1 streaming (4min57). Disponível em: https://music.youtube.com/watch?v=fVQ4HLU6ZP8&list=OLAK5uy_mSDogheNUflbXK8tB_uabxp8wdxRtPcR4> Acesso 20 de out. 2026

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. "**Minha mãe me vestiu de Batman, mas eu sou a Mulher Gato": discussões sobre script de gênero, sexualidade e infâncias.** In: **Educação, Gênero e Sexualidade: (Im)pertinências.** Org: Fernando Seffner, Jane Felipe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p.56-74

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 48ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. 143p.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Movimento de mulheres negras.** In: **Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas**. Org: Flávia Rios, Márcio André dos Santos e Alex Ratts. 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 234-238

FURLANI, Jimena. **A narrativa "ideologia de gênero" - Impactos na educação brasileira e nas políticas de identidade.** In: **Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências.** Org: Fernando Seffener; Jane Felipe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022, p.335-361

GÉLEDES INSTITUO DA MULHER NEGRA; ALANA; AFRO-CEBRAP. **Desigualdade racial na Educação Básica: a percepção dos estudantes e professores a partir do Saeb 2023.** São Paulo: Géledes / Alana/ Afro-Cebrap, 2026. Disponível em: https://www.afrocebrap.org.br/projetos/saeb-2023/> Acesso 30 de ago. 2026

GEOVANA. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira.** São Paulo: Itaú Cultural, 2026. Disponível em: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/69832-geovana> Acesso 11 de set. 2026

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2019 (edição digital). 104p.

GOMES, Nilma Lino. **O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas.** Rev. Filos., Aurora, Curitiba, v.33, n.59, p.435-454, mai./ago.2021. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/27991> Acesso 27 de ago. 2026

GONZALEZ, Lélia. **Festas Populares no Brasil;** prefácio Raquel Barreto; prólogo Leci Brandão; posfácio Leda Maria Martins. – 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2024

GONZALEZ, Lélia. **Mulher Negra.** In: **Por um feminismo afro-latino-americano.** Org: Flavia Rios e Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375p.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Feminista, eu?: literatura, cinema novo e MPB.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. 223p.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017. 283p.

hooks, bell. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.** Tradução: Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020. 288p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde Escolar 2024/2025.** Rio de Janeiro: IBGE, 2026. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102266.pdf> Acesso 06 de mai. 2026

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário – a normatividade em ação.** Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n.12, p. 165-181, jan./jun. 2013. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/320/490> Acesso 06 de mai. 2026

LEGUIÇA, Michele Lopes. **"Atira no coração dela": corpos e script de gênero na educação infantil.** 2019. 116 f. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção de título de Mestra em Educação. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202053> Acesso 30 de ago. 2026

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antonio. **Dicionário da história social de samba.** 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2025. 335p.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997 (versão digital).184p.

LUZ do repente. Intérprete: Jovelina Pérola Negra. Compositores: Marquinhos PQD, Arlindo Cruz e Franco. In: Luz do repente. Intérprete: Jovelina Pérola Negra. [S.l]: Som Livre, 1987. 1 streaming (3min54s). Disponível em: https://music.youtube.com/watch?v=23HNwCYbvdU&list=OLAK5uy_m40Ai5xXXaT5hGHQseVM0hKc5m6_ctGEc> Acesso 13 de out. 2026

MACHADO, Regina. **Do cóccix ao fim do mundo: dois tempos de Elza Soares.** In: **As bambas do samba: mulher e poder na roda.** Org: Marilda Santana. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2019, p.179-198

MOSTARO, Milene Gomes Ferreira. "**Sempre fui obediente, mas não pude resistir": narrativas de mulheres musicistas em rodas de samba do Rio de Janeiro.** 2021, p.72. Relatório Técnico apresentado como requisito para obtenção do título de Mestre. Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/f4b09050-d743-48c4-bdc2-c849c6fa68d3/content> Acesso 28 de jul. 2026

MOVIMENTO das mulheres sambistas inaugura sede no Centro do Rio. **Alma Preta,** Rio de Janeiro. 16 de jul. 2026. Disponível em:

http://almapreta.com.br/sessao/cultura/movimento-mulheres-sambistas-sede-rio/> Acesso 20 de out. 2026

MUNANGA, KABENGELE. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** (Coleção Cultura Negra e Identidades), Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019; (versão digital). 175p.

MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo. **A canção no feminino: Brasil, século XX.** Labrys (Edição em português online), v. 18, p. 1-33, 2010. Disponível em: https://www.caromurgel.mpbnet.com.br/artigos/MURGEL_Ana_Carolina-A_cancao_no_feminino-Labrys.pdf> Acesso 30 de ago. 2026

MURGEL, Ana Carolina Arruda de Toledo. **Pesquisando as compositoras brasileiras do século XXI.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 71, p.181-192, dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rieb/a/NGK4tzdvkksZn7WRkcBsb7J/?format=pdf&lang=pt> Acesso 30 de ago. 2026

NUNES, E. **Educação na diversidade: a importância da representatividade na aceitação de si e do outro.** Coleção Educação e Direitos Humanos: diversidade de gênero, sexual e étnico-racial. 1ª ed. Curitiba, Appris, 2024. 106p.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil.** Educação em Revista. Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010. Disponível em:

O que se cala. Intérprete: Elza Soares. Compositor: Douglas Germano. *In:* **DEUS É MULHER.** Intérprete: Elza Soares. [S.l]: Rio de Janeiro: Deckdisc. 2018. 1 Streaming (2min.47). Disponível em: https://music.youtube.com/search?q=o+que+se+cala> Acesso 30 de ago. 2026

PACHECO, Ana Laura Furtado. Elas compõem, elas cantam: uma pesquisa sobre a autoria feminina de samba. 2021, p. 161. Dissertação (Mestrado em Letras) Faculdade de Letras da Universidade federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora 2021. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/13176/1/analaurafurtadopacheco.pdf> Acesso 28 de jul. 2026

PARTIDEIROS. Direção de Clóvis Scarpino e Carlos Tourinho. Roteiro: Nei Lopes, Rubem Confete e Clóvis Scarpino. Rio de Janeiro: Embrafilme/TVC Produções Cinematográficas, 1978.Curta metragem (aprox. 13mm:43ss). Versão com cortes, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ytsMg3skOzc> Acesso 11 de set. 2026

PEDRO, Joana Maria. **O feminismo de segunda onda: corpo, prazer e trabalho.** In: Nova História das Mulheres no Brasil. Org: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1ª ed. 3ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2018, p.238-259

PEREIRA, Ana Claudia Jaquetto. **Intelectuais Negras Brasileiras: horizontes políticos.** Belo Horizonte: Letramento, 2019. 258p.

PISA nesse chão. Intérprete: Geovana. Composição: Geovana. In: **Quem tem carinho me leva.** RCA Victor, 1975. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hF0kwdWM4hU> Acesso 30 de ago. 2026

PISCITELLI, Adriana. **Re-criando a (categoria) mulher?** In: **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas, IFCH/Unicamp, 2002, Textos Didáticos, n.48. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/td-48.pdf> Acesso 16 de out, 2026

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 157p

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Raça Social: uma leitura sobre a racialidade brasileira.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2026. 192p

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.) **Nova história das mulheres no Brasil.** 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, 555p

RIBEIRO, Juliana. **Clementina cadê você: a construção de espaço de pertença na escuta de Clementina de Jesus.** In: **As bambas do samba: mulher e poder na roda.** Org: Marilda Santanna. 2ª ed. Salvador: EDFBA, 2019, p.97-116

RIOS, Flavia. **A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras da ditadura militar.** In: **50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos.** Org: Eva Alterman Blay e Lúcia Avelar. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019, p.227-253

ROSEMBERG, Fulvia. **Educação: Mulheres educadas e a educação de mulheres.** In: **Nova História das Mulheres no Brasil**. Org: Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p.333-359

SÁ, Eduardo. É "Samba Que Elas Querem": grupo feminino completa dois anos de sucesso no RJ. **Midia Ninja,** 14 de ago. 2019. Disponível e: http://midianinja.org/opiniao/e-samba-que-elas-querem-grupo-feminino-completa-dois-anos-de-sucesso-no-rj/> Acesso 20 de out. 2026

SANTANNA, Marilda. **As bambas do samba: mulher e poder na roda.** Org: Marilda Santanna. 2a ed. Salvador: EDUFBA, 2019. 231p.

SE eu largar o freio. Intérprete: Péricles. Composição: Carlos Caetano, Claudemir e Marquinho Índio. In: **Péricles nos Arcos da Lapa.** Intérprete: Péricles. [S.l]: Som Live, 2013. 1 streaming (4min26). Disponível em: https://music.youtube.com/watch?v=ITeb3xT0pG4&list=OLAK5uy_mkOQVAlON1KSKSmyoAPx3JVBWI5rQ5Txg> Acesso 20 de out 2026

SEGAT, Juliana Lazzaretti; VIEIRA, Ana Gabriela da Silva; CAETANO, Márcio. **Basta falar de mulheres? A Lei 14986/24 sob uma ótica feminista decolonial.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v.50, 2025. Disponível em:

SCHUCMAN, Lia Vainer; CONCEIÇÃO, Willian Luiz da. **Branquitude.** In: **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas.** Org: Flávia Rios, Marcio André dos Santos e Alex Ratts. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2023, p.52-57

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres negras do Brasil.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. 496p.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 694p.

SCOTT, Joan. **História das Mulheres.** In: **A escrita da história: novas perspectivas.** Org: Peter Burke; tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 65-98.

SILVA, Maria Aparecida (Cidinha) da. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial.** In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** Org: Eliane Cavalleiro. São Paulo: Selo Negro, 2001, p.65-82

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo.** 2a ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 111p.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira.** Rio de Janeiro: Imago Ed.: Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia 2002; (versão digital).184p.

SOUZA, Fernanda Kalianny Martins. **A filha de Dona Lecy: estudo da trajetória de Leci Brandão.** 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-19012017-112637/publico/2016_FernandaKaliannyMartinsSouza_VOrig.pdf> Acesso 28 de jul. 2026

TPM**!@Primeira Escola de Samba Feminina do Brasil!** Trazendo a diversidade no Carnaval, percussão, empreendedorismo sustentável. Sem fins lucrativos. Disponível em: http://www.instagram.com/tpmprimeiraescolasambafeminina?psln=cGlvaDczY3U5aHI5> Acesso 20 de out. 2026

ZÉ do caroço. Intérprete: Leci Brandão. Composição: Leci Brandão. IN*:* **Canções afirmativas ao vivo.** Intérprete: Leci Brandão. [S.I.]: Indie Records, 2006. 1 Streaming (4min57). Disponível em: https://music.youtube.com/watch?v=hSXIO0t4OlQ> Acesso 30 de jun. 2026